



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**203ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 13 a 16 de agosto de 2012**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**203ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Local:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

**Data:** 13 a 16 de agosto de 2012

1 Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e doze teve início a Ducentésima Terceira Reunião  
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da Presidenta do  
3 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da SNAS, Luziele Maria  
4 de Souza Tapajós. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e  
5 Suplentes do CNAS: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, SNAS; Conselheira Solange  
6 Teixeira, MDS; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, SNAS; Conselheira Maria do Socorro  
7 Fernandes Tabosa, SNAS; Conselheira Viviane Vieira da Silva, MEC; Conselheira Lea Lúcia  
8 Cecílio Braga, SNAS; Conselheiro Fábio Moassab Bruni, SNAS; Conselheira Fátima Aparecida  
9 Rampin, MPS; Conselheiro José Ferreira da Cruz, SNAS; Conselheira Meive Ausônia Piacesi,  
10 FONSEAS; Conselheira Eloiana Cambraia Soares, FONSEAS; Conselheira Marisa Rodrigues da  
11 Silva, CONGEMAS; Conselheiro Charles Roberto Pranke, CONGEMAS; Conselheiro Ademar de  
12 Andrade Bertucci, Cáritas Brasileira; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Lar Fabiano de  
13 Cristo; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; Conselheira Cláudia Laureth  
14 Faquinote, Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC; Conselheiro Wagner Carneiro de  
15 Santana, Fundação ORSA; Conselheiro Volmir Raimondi; Organização Nacional de Cegos do  
16 Brasil – ONCB; Conselheira Dóris Margareth de Jesus, União Brasileira de Mulheres – UBM;  
17 Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Fórum Nacional da População de Rua; Conselheira Nilsia  
18 Lourdes dos Santos Miranda, UNEGRO- União de Negros pela Igualdade; Conselheira Aldenora  
19 Gomes González, Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; Conselheiro  
20 José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, Associação  
21 Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais – ABEDEV; Conselheira Margareth Alves  
22 Dallaruvera, FENAS; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, CTB; Conselheira Jane  
23 Pereira Clemente, FENATRIBEF; e, Conselheiro Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral,  
24 OAB. **Visitantes:** Secretária Adjunta Valéria Gonelli; Maria Joaquina de Jesus, CEAS/GO; Susan  
25 Faria, GM/MDS; Alessandra Nogueira, FENAPAES; Maria de Fátima da Silva, CMAS/Recife/PE;  
26 Juliana Santos de Andrade, ABC Social/MG; Marlene Merisse, CFESS; Wellington de Pinho,  
27 acompanhante Conselheiro Edivaldo; Débora Guimarães da Conceição, UnB; Paulo César  
28 Giovanetti Martin, CONSEAS/SP; Edilar Cruz, CEAS/RS e FONACEAS; Débora Akerman, CFP;  
29 Maura Saadallah, CFP; Lucitânia Gomes Oliveira, CEAS/AL; Juliane Feijó, CEAS/AL; Khrissley  
30 G. de Oliveira Lopes, Conselho Federal de Economistas Domésticos; Rosângela Helena Lopes  
31 Ramos, CNTSS/CUT; Caroline Aires Ferreira, DGSUAS/SNAS/MDS; e, Luziana Carvalho de A.  
32 Maranhão. **ABERTURA.** A Presidenta, iniciando a reunião, solicitou à Secretária-Executiva a  
33 verificação do quorum: Conselheiros Titulares e na Titularidade: Conselheiro Luziele Maria de  
34 Souza Tapajós; Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheira Meive Ausônia Piacesi; Conselheira  
35 Marisa Rodrigues da Silva; Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana;  
36 Conselheiro Volmir Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Aldenora  
37 Gomes González; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera; Conselheira Jane Pereira Clemente;  
38 Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos. Conselheiros Suplentes: Conselheiro Charles Pranke;  
39 Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Cláudia Faquinote; Conselheiro José Araújo

40 da Silva; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes; Conselheiro Tiago Barbosa Ferreira  
41 Cabral. A Presidenta ponderando não ter havido nenhuma observação contrária, considerou  
42 aprovada a Ata da 202ª RO do CNAS. A seguir, procedeu à leitura da **Pauta: Dia 13/08/2012 –**  
43 **Tarde:** 14h às 18h - Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência  
44 Social: Planejamento da Agenda Temática da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da  
45 Assistência Social e outros. **Dia 14/08/2012 – Manhã -** 9h às 12h - Reunião Conjunta da Comissão  
46 de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e da Comissão de Financiamento e  
47 Orçamento da Assistência Social: Elaborar documento para orientações aos Conselhos de  
48 Assistência Social apontando estratégias para o cumprimento da determinação de utilização de, no  
49 mínimo, 3% do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGD/SUAS) e do Programa Bolsa  
50 Família (PBF) para o funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. **Tarde -** 13h às 17h -  
51 Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Discussão da proposta  
52 de Plano de Ação da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e outros.  
53 Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social: Discussão da proposta de Plano de Ação da  
54 Comissão de Normas da Assistência Social e outros. Reunião da Comissão de Política da  
55 Assistência Social: Discussão da proposta de Plano de Ação da Comissão de Política da Assistência  
56 Social e outros. **17h às 19h -** Reunião da Presidência Ampliada. **Dia 15/08/2012 – Manhã -** 9h às  
57 09h15 - Aprovação da ata da 202ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 203ª Reunião  
58 Ordinária. *Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2. 09h15 às 11h -* Informes da  
59 Presidência/Secretaria Executiva, Conselheiros, MDS, CIT, FONSEAS e CONGEMAS. **11h às**  
60 **12h30 -** Apresentação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/MDS:  
61 atribuições, sistemas e a avaliação do processo de capacitação dos Conselheiros de Assistência  
62 Social e das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família. **Tarde - 14h às 16h -**  
63 Apresentação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras drogas, pelo Ministério da  
64 Justiça. **16h às 18h -** Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência  
65 Social. **Dia 16/08/2012 – Manhã - 9h às 10h30 -** Relato da Presidência Ampliada. 10h30 às 12h -  
66 Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. **Tarde - 14h às 16h -**  
67 Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. **16h às 18h -** Relato da Comissão de Política  
68 da Assistência Social. Em não havendo nenhuma colocação dos Conselheiros, a Presidenta  
69 considerou a Pauta aprovada pelo Pleno. Destacou o papel desempenhado por todos na construção  
70 de um melhor espaço de controle social da Política de Assistência, passando ao **Item Informes da**  
71 **Presidência/Secretaria Executiva, Conselheiros, MDS, CIT, FONSEAS e CONGEMAS.** A  
72 Secretária-Executiva procedeu à leitura dos *“Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva,*  
73 *203ª Reunião Ordinária do CNAS. Informes Gerais: I) Ausências justificadas: o Conselheiro José*  
74 *Araújo da Silva no dia 13 de agosto na reunião extraordinária da Comissão de Acompanhamento*  
75 *aos Conselhos da Assistência Social, em virtude de compromissos institucionais; O Conselheiro*  
76 *Dário nesta, devido a compromissos institucionais; o Conselheiro José Geraldo França Diniz nesta*  
77 *Reunião Ordinária, devido a compromissos institucionais; a Conselheira Solange Teixeira na*  
78 *reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, por problemas de*  
79 *saúde; a Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues nesta Reunião Ordinária, devido a compromissos*  
80 *institucionais. E-mails enviados aos Conselheiros: Convocações/participação: aos Conselheiros*  
81 *nacionais titulares e suplentes para está Reunião Ordinária; as Conselheiras Jane Pereira*  
82 *Clemente e Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria participaram da audiência com o Ministro*  
83 *da Saúde realizada no dia 19 de julho em Brasília; os Conselheiros José Crus e Jane Pereira*  
84 *Clemente participaram da segunda reunião do Grupo de Trabalho instituído com o objetivo de*  
85 *sistematizar o texto da Política Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS no dia*  
86 *31 de julho de 2012 neste CNAS; Conselheiro Ademar Bertucci participou do primeiro seminário*

87 *Direitos: Propostas e Conquistas, Histórico e atualidade da agenda dos movimentos sociais*  
88 *realizadas nos dias 26 de julho no Palácio do Planalto em Brasília; a Conselheira Leila Pizzato*  
89 *participou do Encontro Diálogos Governo e Sociedade Civil, Plano Brasil Sem Miséria no dia 08*  
90 *de agosto de 2012 no Palácio do Planalto em Brasília; o Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos*  
91 *participou da III Conferência Estadual dos direitos da pessoa com deficiência de Mato Grosso do*  
92 *Sul no dia 09 e 10 de agosto em Campo Grande em Mato Grosso do Sul; o Conselheiro Wagner*  
93 *Carneiro de Santana participou da reunião da Comissão de Acompanhamento da Implementação*  
94 *do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à*  
95 *Convivência Familiar e Comunitária - CNI, no dia 10 de agosto em Brasília; o Conselheiro Volmir*  
96 *Raimondi participará da apresentação e debate do formato da programação orçamentária 2013 do*  
97 *governo federal no dia 15 de agosto em Brasília; a Conselheira Cláudia Faquinote participará da*  
98 *reunião da Comissão Intersetorial, Interinstitucional do SINASE no dia 16 de agosto em Brasília; o*  
99 *Conselheiro José Araújo foi convocado para representar o CNAS na 115ª Reunião Ordinária da*  
100 *CIT, que será realizada no dia 21 de agosto de 2012, a partir das 9h30 em Brasília; os*  
101 *Conselheiros Luziele Tapajós e Léa Lúcia Cecílio Braga e Edivaldo da Silva Ramos foram*  
102 *convocados para representar o CNAS na capacitação aos gestores, Conselheiros e dirigentes de*  
103 *entidades sobre a legislação vigente do SUAS organizada pela Secretaria de Estado, de Trabalho e*  
104 *Assistência Social do governo do estado de Mato Grosso do Sul, a ser realizada no dia 23 de*  
105 *agosto de 2012 em Campo Grande no Mato Grosso do Sul; os Conselheiros Jane Pereira*  
106 *Clemente, José Ferreira da Cruz foram convocados para a 4ª reunião do Grupo de Trabalho*  
107 *instituído com o objetivo de sistematizar o texto da Política Nacional de Capacitação e Educação*  
108 *Permanente do SUAS, a ser realizada no dia 23 de agosto de 2012 em Brasília; boletins*  
109 *informativos do MDS encaminhados aos Conselheiros: boletim MDS número 346, de julho de*  
110 *2012; boletim SUAS número 50 de 24 de julho de 2012; boletim MDS número 347 de 27 de junho a*  
111 *02 de agosto de 2012;” Deve ser 27 de julho, desculpa. “Boletim MDS número 348, de 03 a 09 de*  
112 *agosto de 2012; boletim MDS 349, de 10 a 16 de agosto de 2012. Documentos diversos:*  
113 *Divulgação do Prêmio Celso Furtado, Desenvolvimento Regional edição 2012, homenagem a*  
114 *Rômulo de Almeida. Apresentação sobre o SECAD, consulta, seleção e extração de informação do*  
115 *CadÚnico, exibido pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania durante a 202ª Reunião*  
116 *Ordinária do CNAS. Apresentação da gestão do SUAS exibida pela Diretoria do Departamento de*  
117 *Gestão do SUAS Simone Aparecida Albuquerque durante a 202ª reunião do CNAS. Apresentação*  
118 *do Censo SUAS 2011, exibida pelo Coordenador Geral do Serviço de Vigilância Social do*  
119 *Departamento de Gestão do SUAS Luiz Otávio Farias durante a 202ª reunião. Apresentação da*  
120 *Rede Socioassistencial Privada do SUAS exibido pela Diretora do departamento da Rede*  
121 *Socioassistencial Privada do SUAS, Dra. Carolina Gabas Stuchi durante a 112ª Reunião Ordinária*  
122 *do CNAS. Link arquivo contendo a Carta Iberoamericana de participação cidadã na gestão pública*  
123 *encaminhadas pelo Sr. Daniel Pitangueira da Secretaria Geral da Presidência da República. A Ata*  
124 *de degrevação da 202ª Reunião Ordinária do CNAS. Caderno Destaques, julho de 2012 da*  
125 *Secretaria Geral da Presidência da República. Pauta dessa Reunião Ordinária publicada no*  
126 *Diário Oficial da União do dia 08 de agosto de 2012. Link de notícia enviada pela Conselheira*  
127 *Aldenora Gomes Gonzáles sobre posse do CNAS gestão 2012-2014. Lei número 12.685 de 18 de*  
128 *julho de 2012, que instituiu o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e*  
129 *Educação, encaminhada pelo Conselheiro Wagner Carneiro de Santana. Exposições de Motivos do*  
130 *CONSEA número 06 de 2012 sobre a estratégia de convivência com o semiárido e os impactos da*  
131 *seca na segurança alimentar e nutricional. Relatório de Participação do Conselheiro Wagner*  
132 *Carneiro de Santana na Comissão de Acompanhamento da implementação do Plano Nacional de*  
133 *Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e*

134 *comunitária no dia 10 de agosto em Brasília. Pauta da 115ª Reunião Ordinária da CIT enviada ao*  
135 *Conselheiro José Araújo. Ofício Circular número 270 de 2012, que versa sobre o projeto*  
136 *laboratório de inovação sobre participação e controle social na elaboração e monitoramento das*  
137 *políticas, ações e serviços de saúde enviados pelo Conselho Nacional de Saúde. Publicações de*  
138 *Resoluções do CNAS e Portarias. Resolução número 21, de 30 de julho de 2012 publicada no*  
139 *Diário Oficial de 31/07/2012, seção I, página 52, que aprova o relatório da execução orçamentária*  
140 *e financeira do Fórum Nacional de Assistência Social, 1º semestre de 2012. Resolução número 22,*  
141 *de 30 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 31/07/2012, seção I, página 52,*  
142 *que aprova a proposta orçamentária da assistência social, exercício de 2013. Resolução número 23*  
143 *de 30 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 31/07/2012, seção II, página 35,*  
144 *que trata da composição da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de*  
145 *Renda do Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução número 24, de 30 de julho de 2012,*  
146 *publicada no Diário Oficial da União de 31/07/2012, seção II, página 35, que trata da composição*  
147 *do Código de Ética do CNAS. Convites: Universidade Livre para Eficiência Humana – UNILEHU*  
148 *para o evento Sistema Único de Assistência Social e Proteção social às pessoas com deficiência no*  
149 *dia 15 de agosto de 2012. Encaminhamos respostas informando que não será possível a*  
150 *participação desse Conselho, tendo em vista que a data coincide com a Reunião Ordinária do*  
151 *CNAS. A faculdade de Mirandópolis, São Paulo, para apresentação das funções e papéis do*  
152 *Conselho Nacional de Assistência Social frente à assistência social brasileira, a alunos docentes,*  
153 *profissionais e Conselheiros municipais de assistência social da região de Mirandópolis São Paulo*  
154 *no dia 20 de agosto. Confirmamos presença e informamos que o Conselheiro Wagner Carneiro de*  
155 *Santana representará esse Conselho no citado evento. A Senadora Marta Suplicy para solenidade*  
156 *de homenagem aos 50 anos da regulamentação da profissional de psicólogo no Brasil, a ser*  
157 *realizada no dia 23 de agosto de 2012 às 10h em Brasília. O Conselho agradeceu o convite e*  
158 *informou que estará presente no evento por meio dessa Secretaria Executiva. O Presidente da*  
159 *Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, o Deputado Barros Munhoz convidou o CNAS para*  
160 *sessão solene com a finalidade de prestar homenagem a associação para a valorização de pessoas*  
161 *com deficiência, AVAP, pela comemoração dos seus 30 anos de serviços por solicitação da*  
162 *Deputada Célia Leão, que será realizada no dia 20 de agosto às 10h em São Paulo. Fundação*  
163 *Memorial da América Latina, o Instituto Latinoamericano de Promoção e Defesa dos direitos*  
164 *humanos convidam para o VII Encontro Internacional sobre o Tráfico de pessoas que neste ano*  
165 *trará como tema a migração e o tráfico de pessoas na América Latina, o evento será realizado nos*  
166 *dias 19 e 20 de setembro deste ano em São Paulo. Agradecemos o convite e informamos a*  
167 *impossibilidade de presença. Comunicados: o Conselho Estadual de Assistência Social do Ceará*  
168 *informou que elegeu sua nova Mesa Diretora para o período de 09 de julho de 2012 a 09 de julho*  
169 *de 2013, tendo sido eleita como Presidenta a Sra. Silvana de Matos Brito Simões, representante da*  
170 *Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e Vice-Presidente o Sr. Francisco Elenilson*  
171 *Gomes do Nascimento, representante da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza. A*  
172 *Organização Nacional dos Cegos do Brasil, a ONCB, informa que na Assembleia Geral Ordinária*  
173 *da ONCB realizada no dia 06 de julho de 2012 na cidade de Porto Alegre com a presença dos 27*  
174 *Delegados estaduais foram eleitos os novos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal*  
175 *e Deliberativo da ONCB para o quadriênio 2012-2016. O Conselho Estadual de Assistência Social*  
176 *de São Paulo informa a nova composição da Mesa Diretora, sendo Presidente Wagner Carneiro de*  
177 *Santana, representante da sociedade civil e de entidades de assistência social, Vice-Presidente*  
178 *Salete Dobreve, representante da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social, 1º Secretário*  
179 *Carlos Rambu, representante da sociedade civil e de entidades de assistência social com atuação*  
180 *na área da criança e adolescente; 2º Secretário Regina Lúcia dos Santos Gonçalves, representante*

181 da Secretaria Estadual da Educação. O departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência  
182 Social, DGSUAS, encaminhou e-mail o CNAS em resposta ao memorando número 15 de 2012 do  
183 CNAS informando que os Conselheiros Nacionais listados abaixo foram cadastrados no sistema de  
184 autenticação e autorização de usuários, SAA, e já possuem acesso ao SUAS Web e o sistema  
185 encaminhou para o e-mail cadastrado o login e a senha de acesso de cada um dos Conselheiros.  
186 Ademair de Andrade Bertucci, Anderson Lopes Miranda, Aldenora Lopes Miranda, Edivaldo da  
187 Silva Ramos, Márcia de Carvalho Rocha, Margareth Alves Dallaruvera, Margarida Munguba  
188 Cardoso, Nilsia Lourdes dos Santos, Viviane Vieira da Silva. Aos Conselheiros Nacionais que já  
189 possuem o cadastro no SAA foi vinculado o perfil SUAS Web, caso não se recorde da senha clicar  
190 no link aplicativos, e digitar os dados solicitados. São eles os Conselheiros: Carlos Rogério de  
191 Carvalho Nunes; Fábio Bruni, Fátima Aparecida Rampin, Jane Pereira Clemente, José Araújo da  
192 Silva, José Ferreira da Cruz, José Geraldo França Diniz, Léa Lúcia Cecílio Braga, Leila Pizzato,  
193 Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, Simone Aparecida Albuquerque, Eutália Barbosa,  
194 Tiago Barbosa Ferreira Cabral. Para os Conselheiros Nacionais relacionados abaixo não foi feita  
195 nenhuma alteração de perfil, uma vez que os mesmos já exercem outras funções na SAA. Charles  
196 Pranke, Eloiana Cambraia Soares, Marisa Rodrigues da Silva, Wagner Carneiro de Santana. O  
197 Conselho Nacional de Saúde também encaminhou oficial circular informando sobre o projeto  
198 Laboratório, Inovação sobre participação e controle social na elaboração e monitoramento das  
199 políticas, ações e serviços de saúde, cuja sua primeira edição ocorreu em 2011 e informar que  
200 estão sendo admitidas para análise e seleção experiências operadas por entidades governamentais,  
201 Conselhos de Saúde, ONGs e Sociedade Civil, desde que demonstrem caráter inovador e tenham  
202 produzido resultados práticos já finalizados ou em curso. Audiências realizadas com o Conselho  
203 Municipal de Assistência Social de Jaraguá do Sul de Santa Catarina no dia 26 de julho de 2012  
204 para tratar sobre as Resoluções do CNAS número 16, tipificação e outras normativas desse  
205 Conselho. Participaram da reunião a Sra. Jackson Iviz Ferreira da Cruz, Luiza Helena Rosa,  
206 Janice Maria Anacleto, Priscila Gonçalves do Conselho Municipal de assistência social de  
207 Jaraguá do Sul e as Coordenadoras das Comissões de Normas, Política, Financiamento e de  
208 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. Foram esclarecidas as dúvidas referentes  
209 aos assuntos de jurisdição desse CNAS e sugerido que os questionamentos que não sei de  
210 competência desse Conselho sejam direcionados aos órgãos adequados. Entrevista solicitada pela  
211 pesquisada da Universidade Federal de Minas Gerais, Maria Alice, no dia 26 de julho deste ano  
212 para tratar sobre as Confederações de Políticas Públicas com a Secretária Executiva do CNAS  
213 Maria das Mercês Avelino de Carvalho. Site: Notícia principal, monitoramento e Vigilância Social  
214 do SUAS e entrevista com a Presidenta do CNAS Luziele Tapajós. Atualização da agenda CNAS  
215 2012, inclusão da pauta da reunião de agosto de 2012. Aniversariantes de agosto: Carlos Rogério  
216 de Carvalho Nunes no dia 3 de agosto; parabéns, Conselheiro; Simone Albuquerque no dia 07 de  
217 agosto, também parabéns Conselheira, Margareth Alves Dallaruvera no dia 10 de agosto,  
218 parabéns Conselheira, Charles Pranke no dia 12 de agosto, Maria do Socorro Tabosa, 14 de  
219 agosto, parabéns Conselheira, e Marisa Rodrigues dia 25 de agosto, parabéns Conselheira.” A  
220 Conselheira Solange registrou não ter acesso ao perfil SUAS Web, com a Presidenta solicitando que  
221 os Conselheiros na mesma situação procurassem a Secretaria-Executiva para notificar a  
222 Coordenação Geral da Rede SUAS. A Conselheira Dóris informou estar nessa situação e a  
223 Conselheira Aldenora solicitou a correção de seu nome. A Conselheira Marisa cumprimentou a  
224 Secretária Adjunta Valéria Gonelli, e os demais presentes, indicando não ter visto o convite para  
225 participação do CNAS no Conselho Estadual da Paraíba, e cuja participação relataria  
226 posteriormente. A Presidenta informou que esse informe seria inserido no relato, passando para a  
227 Secretária Valéria Gonelli, Secretária-Adjunta da SNAS, para **Informes do MDS**. “Bom dia a todos

228 e todas Conselheiros, visitantes, bom dia Luziele Presidente do CNAS, a Vice-Presidente Leila,  
229 obrigada aqui pelo carinho, pela afetividade desse grupo. Bem, quero ser breve, porque também  
230 não são muitos informes, seriam mais alguns informes em relação à solicitação mesmo de  
231 contribuição na mobilização do próprio Conselho junto aos Conselhos Estaduais. Nós estamos num  
232 período de fechamento do plano de ação de 2011, ou seja, 2012 o preenchimento do plano de ação,  
233 o prazo instituído é até 31 de agosto, nós de certa forma o prazo estabelecido para os gestores  
234 municipais fazerem o preenchimento do plano de ação, ele se encerrou, mas nós temos esse prazo  
235 ainda até 31 de agosto para que os Conselhos Municipais e por ventura também Conselhos  
236 Estaduais contribuam com o parecer, ou seja, analisem e deem a sua aprovação ao plano de ação  
237 de 2012, essa é uma ferramenta do SUAS Web, agora pouco a gente estava discutindo a senha até  
238 para acompanhamento concreto dos Conselheiros e Conselheiras desse preenchimento, ou seja, do  
239 parecer e da aprovação pelos Conselhos Municipais e estaduais do plano de ação anual, e nós  
240 estamos em fechamento do plano de ação de 2012, ou seja, do ano vigente. Nós já estamos com  
241 44%, mais de 44% dos planos aprovados nacionalmente, ou seja, 2469 municípios já com o plano  
242 aprovado. Em fase de aprovação pelos Conselhos Municipais e estaduais 2728 ainda restando a  
243 aprovação por parte dos Conselhos, que é esse prazo até 31 de agosto, e ainda um residual de 377  
244 ainda com status de em preenchimento. E tem a reprovação já por parte, creio que de um  
245 Conselho, de um município num país. O demonstrativo, porque a gente sempre trabalha junto, o  
246 plano de ação é anual do ano vigente e o demonstrativo financeiro, ele é um balanço do ano  
247 anterior de 2011. Então o demonstrativo nós tínhamos também estabelecido o prazo de 31 de julho  
248 para a gestão e 31 de agosto para os Conselhos estarem fazendo o parecer de aprovação do  
249 demonstrativo referente ao exercício 2011. Nós estamos prorrogando esse prazo para 31 de agosto,  
250 para os gestores e 30 de setembro para os Conselhos, assim como uma possibilidade forte para que  
251 a gente possa, de fato, ter a aprovação das contas de 2011. Enquanto cenário nós temos já  
252 demonstrativos ainda em preenchimento 1388 e para que os Conselhos aprovem status de  
253 Conselho, que é agora até 31 de setembro 2929 demonstrativos já para apreciação dos Conselhos  
254 Municipais e estaduais. Quero entrar já num outro informe sobre o Censo SUAS 2012, a previsão  
255 de a gente estar trabalhando o Censo SUAS iniciando agora em setembro, na segunda quinzena de  
256 setembro, abrindo o Censo. O Censo esse ano vai estar englobando o Censo do CRAS, dos CREAS,  
257 do Centro POP, da gestão estadual, gestão municipal, Conselho Estadual, Conselho Municipal, e  
258 como um formulário novo os serviços de acolhimento. Neste ano de 2012 nós não reaplicaremos o  
259 Censo das entidades, o Censo da rede privada, das entidades sociais, em virtude de que nós já  
260 informamos na reunião passada que agora tem um aplicativo que foi normatizado e que vai fazer  
261 essa referência concreta, então não sentindo a necessidade de reaplicar o Censo, em virtude que já  
262 está em curso esse novo aplicativo, que tem sido preenchido pelas gestões municipais e pelos  
263 Conselhos Municipais principalmente. Outro informe importante, que o CNAS esteve presente  
264 muito mais para registro aqui, aconteceu aí no dia 08 de agosto, na semana passada os diálogos, a  
265 sequência de diálogos do governo e a sociedade civil com o tema Brasil Sem Miséria, com o  
266 objetivo concreto aí de fazer a devolutiva dos diálogos acontecido em 2011, ou seja, o ano passado  
267 e também fazer o balanço do Brasil Sem Miséria e toda uma proposta de mobilização e  
268 participação dentro do Brasil Sem Miséria. Teve mais de 122 representações da sociedade civil e  
269 60 de governo, e o CNAS esteve lá presente também. É importante aqui que a gente situe um pouco  
270 as mesas e debates, nós tivemos debates lá sobre a buscativa e os resultados da buscativa, inclusive  
271 propostas no sentido de buscativa, da rede de serviços, e também da inclusão urbana, ou seja, dos  
272 eixos mesmo do Brasil Sem Miséria, buscativa, garantia de renda, inclusão produtiva urbana,  
273 inclusão produtiva rural e acesso a serviços. Eu acho que enquanto pontuação rápida talvez é  
274 importante a gente debater um pouco mais esses planos, até para que a gente possa talvez ter os

275 *Conselhos Municipais, os Conselhos Estaduais como lócus de potencial, vamos dizer assim,*  
276 *esclarecimentos para a população, a gente teve bastante fala das representações no sentido de que*  
277 *às vezes em determinados localidades essas coisas não chegam de fato para a população.*  
278 *Enquanto cenário mais concreto, então a Secretaria Extraordinária de Superação da Pobreza, a*  
279 *SESEP, ela está realizando a análise e trabalhando os resultados do seminário para que ela faça*  
280 *esses apontamentos e a gente possa, inclusive trabalhar com as propostas já levantadas durante o*  
281 *seminário dos diálogos. No geral a avaliação foi positiva em virtude de a gente estar nesse*  
282 *processo de participação com a sociedade, e também uma solicitação sempre presente lá para*  
283 *quem esteve lá de que a gente faça isso com mais frequência. Eu também quero informar aqui que*  
284 *aconteceu aí de 07 a 11 de agosto sobre a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego a 1ª*  
285 *Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Descente, convocada pelo Decreto Presidencial de*  
286 *24 de novembro do ano passado, de 2010. Nós do MDS trabalhamos também um pouco na*  
287 *Comissão Organizadora, através da Secretaria-Executiva, tivemos a participação com três*  
288 *Delegados nessa Conferência, e uma pessoa, um observador para que a gente pudesse também*  
289 *trabalhar bastante vinculado ao tema, um dos temas é bastante forte na Conferência do Trabalho*  
290 *Descente foi o trabalho infantil. Então, assim, enquanto temário central foi a geração de mais e*  
291 *melhores empregos com proteção social, erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil, e*  
292 *o fortalecimento do modelo tripartite e do diálogo social. A Conferência, ela trabalhou com grupos*  
293 *temáticos e nós trabalhamos bastante no eixo trabalho infantil, porque tem bastante rebatimento*  
294 *conosco, temos o programa, inclusive e aqui queremos destacar duas questões que nós*  
295 *trabalhamos neste bloco do eixo do trabalho infantil na Conferência do Trabalho Descente. Nós*  
296 *levamos uma propositura de fazer emenda sobre as autorizações, a gente aprovou na Conferência*  
297 *uma emenda de redação que versa sobre a expedição dos alvarás do Poder Judiciário autorizando*  
298 *o trabalho infantil, a gente tem, convive com essa prática nos municípios. Com a nova redação a*  
299 *proposta passou para que a gente realize de fato um levantamento e uma avaliação das condições*  
300 *de trabalho infantil autorizadas por esses referidos alvarás. Também aprovamos, levamos e*  
301 *aprovamos nessa Confederação uma moção para que também se coíba esses alvarás. Então a*  
302 *moção queria até ler aqui, considerando o que dispõe o inciso I, artigo 3º do artigo 227 da*  
303 *Constituição da República Federativa do Brasil que estabelece a idade mínima de 14 anos para*  
304 *admissão ao trabalho, considerando o disposto no artigo 60 do Estatuto da Criança e Adolescente,*  
305 *que proíbe qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, e*  
306 *considerando que o Brasil é signatário das convenções 138 e 132 da OIT, os Delegados da*  
307 *Primeira Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Descente manifestam posicionamento*  
308 *contrário à expedição de alvarás autorizando o trabalho infantil e solicita que o Conselho*  
309 *Nacional de Justiça oriente os Juízes no sentido de coibir tais ações que ferem as legislações que*  
310 *reafirmam o compromisso do país na proibição e erradicação do trabalho infantil. A Conferência*  
311 *foi bastante ampla e teve outros eixos, mas nós nos focamos nesse, a gente pode até depois trazer*  
312 *mais informações sobre essa primeira Conferência de Trabalho Descente. Queria também informar*  
313 *aqui sobre o BPC Trabalho, que nós publicamos, foi publicado no dia 02 de agosto, foi assinado no*  
314 *dia 02 e publicado no dia 03 de agosto a Portaria Interministerial de número 02, e que instituindo*  
315 *o programa de promoção do acesso das pessoas com deficiência, beneficiárias do Benefício de*  
316 *Prestação Continuada de Assistência Social, a qualificação profissional e ao mundo do trabalho, o*  
317 *chamado BPC Trabalho. É um ato que instituiu o programa com a participação dos quatro*  
318 *Ministérios envolvidos, o MDS, o MEC, o Ministério do Trabalho e a Secretaria de Direitos*  
319 *Humanos da Presidência da República. É importante salientar que o BPC Trabalho compõe,*  
320 *integra as ações do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência, Viver Sem Limite, que*  
321 *visa promover a inclusão e a autonomia das pessoas com deficiência, possibilitando o acesso a*

322 *bens e serviços. É importante também que a gente tenha uma avaliação bastante positiva da*  
323 *experiência piloto que está em andamento nos novos municípios do Brasil, que é São Paulo, Santo*  
324 *André, Belém, Fortaleza, Teresina, Recife, Porto Alegre, Mato Grosso do Sul e João Pessoa, que*  
325 *tem fornecido subsídios técnicos para a elaboração e aprimoramento do programa BPC Trabalho.*  
326 *Então é importante a gente também citar isso aqui que tem sido feito nesses municípios para que a*  
327 *gente possa também olhar e ajudar nessa avaliação. Como último informe, gostaria de estar*  
328 *falando sobre a capacitação, nós vamos fazer agora nos dias 27 e 29 em conjunto com o*  
329 *FONSEAS, que é o Fórum de Gestores Estaduais uma capacitação sobre os serviços de medidas*  
330 *socioeducativas, de LA, Liberdade Assistida e prestação de serviço à comunidade no SUAS e*  
331 *SINASE. Então para que a gente possa também estar aprimorando um pouco esse debate,*  
332 *juntamente aos estados e nós estamos trabalhando aí com um público envolvendo os representantes*  
333 *de gestões estaduais, os gestores das capitais e do Distrito Federal, participação do CONGEMAS,*  
334 *do FONSEAS, da SDH, além de servidores e eu creio que do Conselho Nacional de Assistência*  
335 *Social também enquanto representação. Eu tenho mais um último informe, que seria sobre o*  
336 *Capacita SUAS, que eu vou solicitar ao Conselheiro José Crus, e que também é o nosso gestor do*  
337 *programa de capacitação para que ele possa estar fazendo o informe aqui. Passo a palavra,*  
338 *obrigada José.” O Conselheiro José da Cruz informou que : “O Capacita SUAS já foi apresentado*  
339 *nesse Conselho, ele é pauta da Comissão de Política, todo o seu acompanhamento, o*  
340 *monitoramento. Mas gostaria de informar que hoje estamos incluindo na nossa página do MDS, na*  
341 *página da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério a lista de instituições de*  
342 *ensino superior deferidas e indeferidas para compor a rede nacional de capacitação e educação*  
343 *permanente do Sistema Único de Assistência Social. É uma das ações importantes para que a gente*  
344 *possa iniciar o processo de execução do Programa Nacional de Capacitação do SUAS no âmbito*  
345 *dos estados. Então nós tivemos todo um processo de análise de 130 termos de adesão que foram*  
346 *enviados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das 130, 95 instituições de*  
347 *ensino superior foram deferidas, as demais indeferidas. Hoje essa lista está disponível no nosso site*  
348 *e a partir de hoje até o dia 20 as instituições de ensino superior que foram indeferidas poderão*  
349 *entrar com recursos, enfim. Então isso também estar garantido nos avisos de chamada pública que*  
350 *foram publicadas no Diário Oficial da União. Então esse é o aviso atual do Capacita SUAS, nós*  
351 *tivemos uma reunião de trabalho com as equipes de gestão de trabalho de todos os estados na*  
352 *sexta-feira última. As equipes estão acompanhando todo o processo, já em processo de formulação,*  
353 *de editais, enfim, de Termo de Cooperação para o início da execução do Capacita SUAS, metas,*  
354 *exercício 2012. Então agradeço, e dizer que esse ponto de pauta também está na Comissão de*  
355 *Política para todo o acompanhamento do processo de execução do Programa Nacional de*  
356 *Capacitação do SUAS, o Capacita SUAS. Obrigado Presidente e Sra. Secretária”. A Presidenta*  
357 *solicitou que os Informes, dentro das possibilidades, fossem distribuídos para o Pleno, melhorando*  
358 *o debate. **Informes da CIT.** O Conselheiro José Araújo relatou que a CIT havia mudado a data da*  
359 *reunião do dia 04 para o dia 21, não havendo nenhum informe nesse período. O Conselheiro*  
360 *Anderson informou que no dia 13, o Movimento Nacional de População de Rua vinha fazendo atos*  
361 *no Brasil, sendo que no dia 19 de agosto completaria oito anos do massacre dessa população,*  
362 *informando os dados do Centro Nacional de Defesa dos Direitos da População de Rua e dos*  
363 *Catadores com relação ao número de mortos, sendo essa uma semana de luta e relatando os eventos*  
364 *que se realizariam em Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e DF. Informou ter*  
365 *uma carta do movimento ALE, solicitando à Secretaria-Executiva que distribuísse aos Conselheiros*  
366 *para conhecimento. Informou que no dia 19 de agosto fariam um acampamento em São Paulo, na*  
367 *Praça da Sé, convidando aos Conselheiros que participassem dessas atividades, sendo que no dia 20*  
368 *realizariam um debate com os candidatos à prefeitura de São Paulo, menos o Sr. José Serra. Que*

369 nessa oportunidade assinariam um termo de política para essa população, assim como Belo  
370 Horizonte, Minas e outros estados estariam fazendo esse ato. Relatou o que ocorria com os  
371 moradores de rua, sendo que Ubatuba havia colocado mais de 10 moradores em situação de rua  
372 dentro de uma Kombi e entregue em Angra dos Reis, solicitando ao Conselho que fizesse uma nota  
373 de repúdio à prefeitura e à Secretaria Municipal de Assistência Social de Ubatuba, revendo-se os  
374 recursos que o MDS repassava a essa cidade. A Presidenta observou que a carta seria repassada,  
375 cumprimentando e se solidarizando com o Dia Nacional do Movimento, em 19 de agosto. O  
376 Conselheiro Wagner falou sobre a reunião da Comissão Nacional de Convivência Familiar e  
377 Comunitária, já comunicada por *e-mail*. Relatou que no próximo mês, junto com o Conselho  
378 Nacional da Criança, seria apresentado o resultado dos cinco eixos do Plano Nacional e o avanço do  
379 CNAS, solicitando que o conselho contatasse o CONANDA e relatasse o progresso desde a  
380 implantação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária do controle social no Brasil  
381 pelos cinco eixos, registrando essa solicitação. A Conselheira Leila informou que no dia 08 de  
382 agosto, conforme já relatado pela Secretária Valéria, participaram, representando o Conselho, no  
383 diálogo Governo, Sociedade Civil do Plano Brasil Sem Miséria, relatando o que havia acontecido  
384 nesse encontro e os encaminhamentos resultantes e que haviam recebido o reconhecimento, tanto do  
385 Ministro Gilberto Carvalho como da Ministra Tereza. Indicou ter participado do acesso a serviços  
386 de saúde, educação e Assistência Social, com essa mesa sendo coordenada pela Secretária Denise  
387 Colin, falando sobre as discussões realizadas e os temas das demais mesas, buscativas, garantia de  
388 renda, inclusão produtiva urbana e inclusão produtiva rural. Concluindo, a Conselheira Leila falou  
389 sobre a grande participação, com representação de todos os setores, com bastante diversidade nas  
390 representações e tendo sido um encontro muito interessante. O Conselheiro José Araújo falou sobre  
391 as condições das viagens que tinham que realizar, ocupando mais tempo do que seria necessário,  
392 com a Portaria dizendo que deveria ser preferencialmente viagens diretas, ademais de adotar o  
393 menor preço. Indicou que o Wi-fi da sala não funcionava, impedindo o acesso a *sites* de uso dos  
394 Conselheiros, falando sobre o que havia sido feito e oferecendo-se para acompanhar a solução desse  
395 problema. A Conselheira Jane informou sua participação e da Conselheira Maria Aparecida Godoi  
396 na audiência com o Ministro da Saúde, convocada pela Organização do Fórum Social Mundial de  
397 Saúde e Seguridade Social, com o CNAS tendo participação no Fórum Social Mundial em janeiro  
398 de 2012, compondo a equipe que estava discutindo a realização da Conferência Nacional de  
399 Seguridade Social, que estava começando a ser chamada de 1ª Conferência Nacional de Sistemas de  
400 Proteção Social, a ser realizada em 2013 e a discussão da 2ª Conferência Mundial de Seguridade  
401 Social, em 2014, esclarecendo as reuniões realizadas e o histórico feito sobre a seguridade social,  
402 observando que a Política Nacional de Assistência Social estava à margem dessa discussão, sendo  
403 muito importante essa participação. Falou sobre a realização do Fórum Social Mundial em janeiro  
404 de 2013 na Tunísia e que também pautaria a questão de seguridade social. Falou sobre a  
405 participação como CNAS dentro do Fórum Social Mundial em Porto Alegre em janeiro, sendo  
406 muito gratificante e importante essa participação. Que gostaria de pautar no CNAS a presença de  
407 um dos participantes desse grupo para apresentar do tema e conhecimento dos demais Conselheiros,  
408 colocando essa solicitação. A Presidenta indicou que dariam o encaminhamento indicado e fariam  
409 uma conversa maior sobre o assunto. O Conselheiro Wagner parabenizou pela mudança da estrutura  
410 logística do CNAS, mudança significativa para executar o controle social. A Presidente explicou  
411 essa mudança, respeitando um *layout* aprovado em 2010 e as alterações que seriam feitas, com a  
412 ajuda da Conselheira Leila e da Secretaria-Executiva. Falou sobre as outras mudanças que seriam  
413 feitas futuramente, convidando aos Conselheiros a andar pelo CNAS e verificar as mudanças  
414 realizadas. Falou sobre a relação organizacional com a SNAS e o MDS, e também um trabalho para  
415 dentro do CNAS com relação à sua gestão administrativa, que estava sendo levado a cabo pela

416 Secretaria-Executiva, com sua total atenção, visto estar totalmente dedicada ao CNAS, destacando,  
417 também, a iniciativa da SNAS. **Informes do CONGEMAS.** A Conselheira Marisa ressaltou a  
418 importância dessas alterações, cumprimentando pela iniciativa. Indicou o primeiro informe do  
419 CONGEMAS, sendo que no dia 27 de julho o Presidente Valdiosmar havia participado de uma  
420 capacitação, iniciativa do CONGEMAS, do estado do Ceará, com o tema “Financiamento e  
421 Controle social no SUAS, avanços e desafios”, com participação do TCU, TCE, FONSEAS e a  
422 presença de 150 gestores. Que era política da atual Diretoria Executiva do CONGEMAS fortalecer  
423 essa discussão do controle social com os gestores municipais de Assistência Social de todo o país,  
424 direcionando essa discussão para seus encontros regionais e nacional. Prosseguindo, relatou sua  
425 participação representando o CNAS em uma capacitação para os Conselheiros estaduais e  
426 municipais de Assistência Social do estado da Paraíba, sendo iniciativa do Conselho Estadual desse  
427 estado, e de cujo evento a Presidenta também havia participado. Que haviam tratado sobre o Pacto  
428 de Aprimoramento da Gestão Estadual do SUAS, com sua fala sendo sobre esse tema, ademais da  
429 discussão sobre a função da importância de cada Conselheiro dentro da trajetória da execução desse  
430 pacto diante do estado. **Informes do FONSEAS.** A Conselheira Meive Ausônia falou sobre a  
431 importância do primeiro encontro nacional a ser realizado em dezembro desse ano, relatando os  
432 temas que seriam tratados nesse evento. Falou sobre a revisão da NOB pelo FONSEAS, sendo que  
433 na próxima reunião de 20 de agosto, que antecedia as discussões da CIT, se organizaria para se  
434 fazer representar de forma efetiva na CIT. Relatou que o FONSEAS também participava da Câmara  
435 Técnica de Regionalização, com grandes alterações podendo ser realizadas em função dessa  
436 participação. Que nos dias 28 e 29 de agosto, seria realizado no Pará o III encontro sobre  
437 escalpelamento, situação recorrente, com essas pessoas devendo receber o Benefício de Prestação  
438 Continuada, discorrendo sobre a questão. Registrou sua saída antecipada na última reunião, em  
439 decorrência do acidente de ônibus ocorrido no Paraná com paraenses, agradecendo ao estado pelo  
440 apoio recebido. Destacou a importância do CRAS e CREAS, rede que funcionava precariamente,  
441 mas que era chamada a participar no momento de necessidade da população que se encontrava na  
442 vulnerabilidade, e que muito haviam ajudado no acidente relatando, apoiando os acidentados e as  
443 respectivas famílias. Registrou o agradecimento à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que  
444 havia apoiado imensamente, através da própria Ministra dos Direitos Humanos, na necessidade de  
445 acompanhamento de um adolescente na Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, e da  
446 Defensoria Pública Geral do DF, que também por conta dessa articulação com a Defensoria Pública  
447 do estado do Pará, havia garantido uma intervenção em rede, garantindo o atendimento aos cidadãos  
448 necessitados. A Presidente submeteu ao Pleno a demanda de informe da Sra. Márcia Mansur, do  
449 Conselho Federal de Psicologia, o que foi aprovado. A Sra. Márcia Mansur, ex-Conselheira,  
450 informou que continuaria participando como convidada das Plenárias do CNAS, contribuindo com  
451 as discussões realizadas. Apresentou a Sra. Débora Akemar, colaboradora do CFP, sendo que uma  
452 das duas sempre estaria presente às reuniões, discorrendo sobre os temas que poderiam contribuir,  
453 citando a questão do *crack*, álcool e outras drogas, indicando as organizações que participavam  
454 dessas discussões. Que também poderiam contribuir na questão do trabalhador do SUAS e sua  
455 identidade, debate presente no Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, convidando os  
456 Conselheiros do seguimento dos trabalhadores para participar do FNTSUAS, a reunião da  
457 coordenação que aconteceria sexta e sábado. Informou que o Fórum também teria uma  
458 representação no CNAS, a Sra. Ana Lúcia, da Abrato, podendo contribuir com o Capacita SUAS, a  
459 questão do nível médio, a Mesa de Negociação e o Acórdão do TCU, já pensando na próxima  
460 eleição. Concluindo, observou que o CFP estava à disposição, dando as boas-vindas a essa nova  
461 gestão do Conselho. A Conselheira Margareth comunicou que a Federação também fazia parte da  
462 coordenação do Fórum, acompanhando o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS e

463 entendendo as entidades que haviam sido percussoras e fundadoras do Fórum durante a VII  
464 Conferência Nacional. Registrou que faziam parte das seis entidades da Executiva Nacional do  
465 FNTSUAS. A seguir, a Secretária-Executiva procedeu à atualização do quorum: Conselheiros na  
466 titularidade: Conselheira Simone Aparecida Albuquerque; Conselheiro Ademar de Andrade  
467 Bertucci; Conselheira Viviane Vieira da Silva; Conselheiro Fábio Bruni. Conselheiros na suplência:  
468 Conselheira Solange Teixeira; Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa; Conselheira  
469 Eloiana Cambraia Soares; Conselheira Dóris Margareth de Jesus; Conselheira Nilsia Lourdes dos  
470 Santos. A Presidenta informou que estavam aguardando o Secretário de Avaliação e Gestão da  
471 Informação, Dr. Paulo Jannuzzi, mas que se já se encontrava presente o Dr. Caio Nakashima,  
472 Diretor de Gestão da Informação da SAGI, solicitando que o mesmo falasse sobre o **Item**  
473 **Apresentação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/MDS: atribuições,**  
474 **sistemas e a avaliação do processo de capacitação dos Conselheiros de Assistência Social e das**  
475 **Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família.** O Dr. Caio esclareceu que o princípio  
476 da apresentação seria feita pelo Dr. Paulo, passando a falar sobre os sistemas de informações para as  
477 políticas públicas, destacando o usuário e a informação adequada às suas necessidades, desafio que  
478 a SAGI se propunha a atender. Ressaltou a importância da informação e sua correta análise,  
479 tornando-a útil para os usuários, trabalhando com um Relatório de Informações, discorrendo sobre  
480 esse documento e como era utilizado para a obtenção dos dados cadastrados, indicando os  
481 programas e convênios que constavam do mesmo e a existência de um histórico desses dados, que  
482 permaneciam disponíveis para consulta em meio eletrônico. Esclareceu como as informações eram  
483 qualificadas, com os números utilizados sendo de fácil entendimento e com os dados indicando a  
484 situação de cada município, trazendo uma fotografia do ponto de vista demográfico e econômico,  
485 utilizando os dados do IBGE, RAIS e do Ministério do Trabalho. Falou sobre algumas das  
486 informações que podiam ser buscadas e como poderiam ser utilizadas, indicando a criação do Data  
487 Social, que permitia a visualização dos dados de uma forma diferente, facilitando a pesquisa. Falou  
488 sobre o Censo, tendo uma relação dos Censos, tanto 2011 com 2012, com os dados de gestão  
489 estadual, municipal, dos Conselhos Estaduais e Municipais, CRAS e CREAS podendo ser  
490 consultadas todas as variáveis categóricas captadas nesse instrumento, relatando alguns dos  
491 questionamentos feitos e respondidos. Informou que quanto à pesquisa e avaliação, era a principal  
492 área da SAGI, tendo a relação de todas as pesquisas, documentos e seus bancos de dados e que  
493 poderiam ser utilizadas para novas pesquisas e novos estudos, indicando alguns exemplos de  
494 questões para análise, como a vigilância socioassistencial e como estava sendo essa política.  
495 Ressaltou que de posse da informação, o usuário poderia utilizar os indicadores conforme sua  
496 necessidade e objetivo, indicando as ferramentas que haviam surgido e cuja finalidade era explorar  
497 o Cadastro Único. Indicou que a nova versão estava no ar no dia 15 de abril para os gestores do  
498 Programa Bolsa Família e a partir de 20 de julho, para todos os gestores da Assistência Social,  
499 tendo, ainda, uma versão lançada na semana passada para o público em geral sem a extração e  
500 busca dos nomes, citando alguns exemplos. Citou a criação da ferramenta chamada IDV e sua  
501 utilização na busca de determinados dados que não conseguiam de outra forma, dando um  
502 indicativo para essa pesquisa e também localizar os serviços e equipamento público mais próximos.  
503 O Dr. Caio relatou o aplicativo de registro de informações de atendimento dos CRAS e CREAS,  
504 sendo disponibilizado proximamente para pesquisa. Indicou os questionários e seus resultados,  
505 trazendo informações relevantes sobre todos os municípios e os serviços existentes. Destacou os  
506 Sistemas estaduais, incentivando os estados e municípios a colocarem os links das ferramentas  
507 existentes para os municípios, para que o MDS propiciasse o uso de seu site para consultas de dados  
508 e informações a essa idéia. A Presidenta agradeceu a apresentação, destacando a importância desse  
509 trabalho e a disponibilização dessas informações tanto para a gestão como para o controle social. A

510 seguir, passou a palavra para o Dr. Paulo Jannuzzi, indicando, também a presença da Coordenadora  
511 Geral da SAGI, Sra. Ana Oliveira, o Coordenador Geral, Sr. Antonio Castro, o Conselheiro  
512 Marcilio e a Sra. Janine, ambos da SAGI. O Dr. Paulo agradeceu pelo convite, relatando a  
513 importância da Presidenta como Secretária da SAGI e ter deixado um legado muito importante.  
514 Informou que teria que se retirar, mas que permaneceria o Dr. Caio, a Sra. Ana Maria e o Sr.  
515 Antônio Castro, para prestar esclarecimentos. Destacou a importância de eventos dessa natureza,  
516 retomando-se algumas das importantes questões sociais que estavam nas agendas das políticas  
517 públicas brasileiras, discorrendo sobre os problemas atuais, inclusive a queda da taxa da pobreza da  
518 população e outros importantes temas. Falou sobre a importância que o crescimento econômico  
519 tinha para o desenvolvimento do país, mas que para isso, não era o único motivo, estando aliado a  
520 outras importantes questões, discorrendo sobre os avanços alcançados em diversos setores. Citou a  
521 importância do SUAS e do MDS para a expansão e crescimento dos seus programas, através de  
522 suas diversas Secretarias e Departamento, discorrendo sobre os mesmos, esclarecendo o papel  
523 exercido pela SAGI. Falou sobre as demandas existentes e as quais procuravam atender, inclusive  
524 através da internet. Discorreu sobre a evolução apresentada pelos programas, com os gestores das  
525 três esferas poderiam ver a evolução dos seus indicadores ao longo do tempo, os benefícios e  
526 serviços ofertados nos CRAS e CREAS, ademais dos sistemas de registros apresentados. O Dr.  
527 Paulo falou sobre as necessidades da sociedade e como esses sistemas dotavam o MDS de  
528 instrumentos nas suas políticas de segurança alimentar, nas políticas de transferência de renda e  
529 relacionadas. Falou sobre a importância de responder tecnicamente aos questionamentos da opinião  
530 pública com relação aos gastos do setor público, nas políticas, nas obras públicas, ademais dos  
531 gastos relacionados com as atividades dos Conselheiros, citando uma situação ocorrida na imprensa.  
532 Discorreu sobre os diversos segmentos existentes e as necessidades de cada um, com os programas  
533 e políticas devendo atender essas especificidades. Arrazou sobre as ferramentas existentes para  
534 atender os municípios, existindo diagnósticos sobre todas as situações existentes, falando sobre a  
535 importância da mobilização da sociedade para os cursos de qualificação profissional, ademais de  
536 outras ações junto com próprio MDS, com a SESEP, citando a economia solidária, cooperativismo,  
537 empreendedorismo e várias outras atividades de inclusão produtiva, discorrendo sobre os resultados  
538 apresentados. O Dr. Paulo falou sobre o Censo SUAS 2011, que fazia um sumário das pesquisas  
539 que estavam sendo realizadas pela SAGI desde 2007 e cujo trabalho havia sido reconhecido,  
540 discorrendo sobre sua apresentação e os dados inseridos. Observou que em outra oportunidade  
541 falaria sobre o Departamento de Avaliação em uma próxima reunião, com os slides podendo ser  
542 acessados pelos Conselheiros, existindo na página da SAGI um *link* específico de pesquisas de  
543 avaliação e que poderiam ser acessados para consulta. Indicou que estava em curso uma pesquisa do  
544 IBGE que avaliava a capacidade de gestão dos municípios, estando em uso a Pesquisa Estadual de  
545 Informações Básica – ESTADIC, que caracterizava também a estrutura de gestão dos estados  
546 brasileiros, complementando as informações constantes no Censo SUAS. Falou sobre o  
547 Departamento de Formação e Disseminação e sua função de não apenas produzir informações para  
548 aprimoramento, mas também disseminar o conhecimento produzido para técnicos para gestores e  
549 demais agentes sociais envolvidos, no sentido de garantir a transparência, sendo preciso capacitar as  
550 pessoas, falando sobre os cursos necessários e a conformação desse Departamento, tendo material  
551 disponível na internet. O Dr. Paulo discorreu sobre as capacitações realizadas, sendo que o  
552 programa Capacita SUA veio facilitar essas ações. Informou que a capacitação para controle social  
553 nos municípios operada em 2010 e 2011 estava sendo concluída em agosto, sendo fruto da demanda  
554 das Conferências da Assistência Social nos três níveis de governo, estando inserida na Política  
555 Nacional de Assistência Social, na própria Lei que havia institucionalizado o Programa Bolsa  
556 Família. Ressaltou que todas as políticas públicas brasileiras tinham um dispositivo que facilitava a

557 existência de Conselhos de Controle social, com as experiências mostrando que a efetividade das  
558 políticas decorria do tamanho da estrutura de controle social. Falou sobre o modelo de projeto  
559 desenvolvido pelo Departamento de Formação e Disseminação, indicando como o mesmo havia  
560 sido feito e seu custo, ademais dos problemas existentes com relação às empresas participantes do  
561 pregão, relatando o novo pregão realizado. Falou sobre a importância da capacitação, aliada à  
562 instrumentalização dos Conselheiros para que tivessem condições de realizar seu trabalho,  
563 conhecendo os marcos normativos relevantes e que obrigavam o Ministério, estados e municípios a  
564 oferecer serviços, e também as características dos seus programas, sendo objetivo da SAGI e do  
565 Capacita SUAS disseminar essas informações. Falou sobre o desenho metodológico dos cursos e  
566 como seriam desenvolvidos, discorrendo sobre as dificuldades encontradas e o processo de  
567 auditoria da CGU, que requeria uma série de informações, interrompendo o processo de  
568 capacitação, relatando os procedimentos tomados para demonstrar a seriedade do trabalho realizado  
569 para a formação de Conselheiros para o controle social, voltando à sua realização e encerrando esse  
570 curso. Discorreu sobre os instrumentos existentes para a realização dos cursos de capacitação,  
571 propiciando uma avaliação positiva dos mesmos, procedendo à leitura do depoimento de dois  
572 Conselheiros sobre a importância dessa capacitação. Discorreu sobre como esses cursos se  
573 realizavam, as condições oferecidas, sendo mais uma experiência exitosa para as políticas públicas.  
574 Concluindo sua apresentação, o Dr. Paulo lamentou não poder ficar para as ponderações finais, mas  
575 que sua equipe estaria à disposição para quaisquer esclarecimentos. A Presidenta agradeceu pela  
576 apresentação, colocando o CNAS à disposição. A seguir, abriu para os Conselheiros, com a  
577 Conselheira Simone cumprimentando os presentes e a equipe da SAGI, discorrendo sobre as  
578 atividades realizadas por essa Secretaria e agradecendo a sua presença. Falou sobre a importância  
579 que os municípios dispusessem de ferramentas para fazer a gestão de serviços, apropriando-se cada  
580 vez mais das informações propiciadas para a boa execução de suas atividades. O Sr. Anderson  
581 agradeceu pela apresentação, observando que como essa gestão era nova, que os documentos  
582 fossem entregues para os novos Conselheiros. Observou que os dados apresentado pela pesquisa  
583 nacional feita pela SAGI e MDS à população de rua, trazia uma porcentagem muito grande que era  
584 trabalhadora informal, e que não era preguiçosa. Que havia que fazer um documento de repúdio ao  
585 jornal O Globo e dizer que a maioria dessa população que recebia esse benefício ainda trabalhava.  
586 Solicitou que a SAGI trouxesse essa pesquisa da população de rua de 2008 para conhecimento dos  
587 Conselheiros. A Conselheira Dóris indagou se seria possível o conselho demandar à SAGI alguma  
588 pesquisa, com a Presidenta esclarecendo que teriam que se reportar à SNAS para que pudesse  
589 verificar a pertinência, mas sendo possível fazer essa demanda. A Conselheira Simone esclareceu  
590 como funcionava esse sistema, tendo algumas questões sendo debatidas no CNAS, podendo e  
591 devendo ser encaminhadas para conhecimento. A Conselheira Maria do Socorro parabenizou pela  
592 reformas da estrutura física, facilitando e melhorando a realização das reuniões. Informou fazer  
593 parte da gestão do Departamento de Proteção Social Básica, agradecendo ao Dr. Caio e destacando  
594 a importância das ferramentas, não se conseguindo fazer gestão sem informação, sendo que,  
595 juntamente com sua equipe, vinha ajudando muito na SNAS e na elaboração de propostas para a  
596 capacitação, com todos os Departamentos da SAGI trazendo grandes propostas e cujo desafio seria  
597 colocar em prática nos municípios, para que pudessem utilizar a informação. O Conselheiro Volmir,  
598 com relação à capacitação, observou a falta de preocupação quanto à acessibilidade nos cursos em  
599 outras instâncias do controle social, principalmente em EAD o que vinham questionando. Observou  
600 que não havia acessado essa ferramenta, observando que ainda não tinham cursos em EAD com  
601 alguma plataforma acessível para as pessoas, apesar da existência do Decreto 5296 e da Lei de  
602 Acessibilidade 10.098. A Conselheira Meive solicitou esclarecimentos, observando que desde o  
603 início do ano haviam disponibilizado o Pará para o curso para a região Norte, questionando o

604 porquê de não haver acontecido. O Sr. Antônio Castro destacou a relevância dos temas tratados e as  
605 atividades desenvolvidas pela SAGI. Responde à Conselheira Marisa, informou os limites  
606 colocados para a contratação para processos de capacitação, com a realização de pregões  
607 eletrônicos, assunto tratado por uma área específica do MDS, discorrendo sobre a questão e  
608 colocando as determinações do TCU com relação ao assunto e o que havia ocorrido durante o  
609 procedimento da seleção. Falou sobre os problemas ocorridos durante o processo, mas que haviam  
610 atingido as metas e objetivos colocados, indicando que no relatório de conclusão do curso os  
611 Conselheiros haviam analisado os conhecimentos adquiridos e indicassem as estratégias para  
612 superar os pontos fracos encontrados. Esclareceu que esses dados poderiam ser disponibilizados  
613 para o CONGEMAS para esse Conselho ou para qualquer outro organismo que tivesse a função de  
614 controle social sobre a Política de Assistência Social ou qualquer cidadão, considerando a Lei de  
615 Acesso à Informação vigente. Dirigindo-se ao Conselheiro Ademar, observou a questão do impacto  
616 do curso na prática dos Conselheiros, o que seria verificado mais profundamente com a análise mais  
617 aprofundada dos relatórios de conclusão de curso. Com relação à CGU, ressaltou a grande  
618 dificuldade na administração pública de contratar em função de uma legislação bastante restritiva,  
619 que apesar de favorável, muitas vezes emperrava o processo de contratação, relatando o que havia  
620 sido colocado no edital e cobrado pelo TCU, com relação ao pagamento de 100% das vagas  
621 oferecidas, mas atingindo a meta colocada, com os preços praticados estando abaixo dos de  
622 mercado, sendo que após as gestões feitas, o TCU havia liberado, prosseguindo-se com o curso.  
623 Esclareceu que se referia às capacitações de longa duração, com a Sra. Ana Maria falando sobre as  
624 de curta duração, EAD, relatando o planejamento existente para 2013 e sua execução em 2014. Que  
625 para o curso técnico a ideia era iniciar uma turma piloto com 35 alunos ainda em 2013, mas  
626 iniciando efetivamente em 2014. A Sra. Ana Maria informou que haviam iniciado nesse ano um  
627 processo de planejamento da educação à disposição para a SAGI e para o MDS, sendo  
628 desenvolvidos cursos e ferramentas e com a criação de um GT para discutir e planejar essa questão,  
629 ademais da contratação de consultores que já estavam entregando seus produtos, dentre os quais  
630 havia um diagnóstico da situação encontrada e uma proposta para a implantação de um núcleo de  
631 educação à distância, relatando os procedimentos que seriam tomados com relação aos cursos a  
632 serem ofertados. Sobre a acessibilidade dos cursos de EAD, haviam levado essa questão para os  
633 consultores, que apontaram a necessidade de aquisição de equipamentos e *softwares* para transpor  
634 conteúdos também para cegos e surdos. Que uma das empresas havia desenvolvido o livro azul e  
635 entregue um CD, com *software* com esse documento transposto para cegos. Relatou que já estavam  
636 tomando as providências para dentro do plano de implantação do núcleo de educação à distância ver  
637 essas condições, estando na elaboração do Termo de Referência para a aquisição dos itens de TI e  
638 *software* par propiciar a transposição dos conteúdos para cegos, surdos e demais deficiências. Com  
639 relação à Conselheira Meive sobre a Região Norte, indicou a previsão de que se realizasse na última  
640 semana de novembro, propondo que acontecesse em Brasília caso contrário teriam que fazer em  
641 duas cidades, devido às dificuldades de acesso dentro da região. Sobre os cursos de monitoramento  
642 e avaliação de curta duração e que terminariam em 2012 com a Região Note, estavam sendo  
643 realizados em caráter experimental, em parceria com os estados. Que estavam concluindo um  
644 Termo de Referência, tendo acatados as sugestões da Secretaria de Assuntos Administrativos,  
645 prontos para iniciar o processo de contratação de instituições de ensino superior que realizariam  
646 esses cursos nas regiões a partir de 2013. O Sr. Antônio. Castro agradeceu ao CNAS pela parceria  
647 na construção desse esse processo do curso para Conselheiros Municipais, e ao CONGEMAS pela  
648 ajuda no processo de mobilização dos Conselheiros, sem a qual não teriam alcançado a meta de 71,  
649 72% de capacitados. Discorreu sobre os cursos presenciais realizados e as dificuldades existentes  
650 para os cursos á distância, considerando as dificuldades tecnológica dos Conselhos nos municípios e

651 também da dificuldade de acesso ao ensino à distância que ainda existia no Brasil e que aos poucos  
652 estavam tentando superar. A Presidenta agradeceu pela apresentação, informando que a SAGI  
653 disponibilizaria os livros, os quais estavam no *pen drive* do Conselheiro José Crus. Destacou a  
654 importância dos esclarecimentos feitos, o desafio colocado pelo Capacita SUAS, colocando-se à  
655 disposição para o que fosse necessário. **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a reunião para  
656 o almoço, convidando a todos a retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, a  
657 Presidenta solicitou a verificação do quorum pela Secretária-Executiva: Conselheiros Titulares e na  
658 Titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheira Simone Aparecida  
659 Albuquerque; Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheira Meive Ausônia Piacesi; Conselheira  
660 Leila Pizzato; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana; Conselheira Aldenora Gomes Gonzáles;  
661 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera;  
662 Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheiro Fábio Bruni. Conselheiros Suplentes: Conselheira  
663 Maria do Socorro Fernandes Tabosa; Conselheira Eloiana Cambraia Soares; Conselheiro Charles  
664 Roberto Pranke; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Dóris Margareth de Jesus;  
665 Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheiro Edivaldo da  
666 Silva Ramos; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes. A Presidenta informou que o  
667 Ministério da Justiça havia encaminhado um ofício ao CNAS informando que não poderia  
668 comparecer para participar do debate sobre o “Plano Crack é Possível Vencer”, visto estar  
669 participando em outro evento, ademais de apontar a possível intempestividade do convite. Que a  
670 Secretaria-Executiva esclareceria à Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça, que o convite  
671 havia sido enviado uma semana após a Plenária passada, com esse convite chegando ao seu destino  
672 entre 25 a 30 dias de antecedência. Sugeriu que o tema fosse tratado na próxima Plenária,  
673 convidando, além do Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação para  
674 essa apresentação. Que assim adiantariam a apresentação dos planos de ação das Comissões,  
675 informando que na Presidência Ampliada haviam definido a metodologia a ser utilizada,  
676 apresentando a meta, a ação e a estratégia e após as considerações dos Conselheiros. Indicou a  
677 agenda da parte da tarde, com o Conselheiro Wagner informando, com relação ao combate ao crack,  
678 ter iniciado a caravana do Ministério da Justiça em 12 estados brasileiros. Que seria interessante  
679 solicitar o resultado dessa caravana, e com seu encerramento para essa apresentação, com a  
680 Presidenta informando que seria anotada essa informação. **Item Relato da Comissão de**  
681 **Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social**, pela Conselheira Margareth: “*Comissão*  
682 *de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, agosto de 2012. Reunião 002/2012, 13*  
683 *de agosto de 2012, de 14h às 18h. Local: Esplanada dos Ministérios, anexo ao bloco F Ala A,*  
684 *SNAS sala 108. Conselheiros a compõem a Comissão presentes: Margareth Alves*  
685 *Dallaruvera; Aldenora Gomes Governador; Ademar de Andrade Bertucci, Carlos Rogério de*  
686 *Carvalho Nunes; Fábio Bruni; Luziele Maria de Souza Tapajós; Márcia de Carvalho Rocha;*  
687 *Maria do Socorro Fernandes Tabosa; Marisa Rodrigues da Silva. Demais Conselheiros presentes:*  
688 *Charles Roberto Pranke; Leila Pizzato. Conselheiros com ausência justificada: José Araújo da*  
689 *Silva; Solange Teixeira; Léa Lúcia Cecílio Braga. Secretaria-Executiva do CNAS: Liliane Neves,*  
690 *Fernanda Padovan; Josué Alves dos Santos; Lilian A. Guedes. 1) Planejamento da agenda*  
691 *temática da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social: a Comissão deu*  
692 *continuidade ao debate acerca do planejamento da agenda temática definindo prazos para até*  
693 *maio de 2013. Apresentamos em anexo o extrato do plano de ação para apreciação da Plenária*  
694 *com as metas, ações e estratégias discutidas pela Comissão. Encaminhamentos: 1.1) Enviar a*  
695 *Resolução CNAS número 237/2006 aos Conselheiros da Comissão. 1.2) Encaminhar à Secretaria*  
696 *Nacional de Assistência Social por meio do Departamento de Gestão do SUAS informações acerca*  
697 *a manutenção de informações dos Conselheiros de Assistência Social com gestões já vencidas no*

698 CADSUAS. 1.3) Todas as operações definidas que tratam de enviar ofícios e/ou memorandos serão  
699 definidas pela Comissão na reunião de setembro. 2) Pauta da reunião do mês de setembro: 2.1)  
700 Apresentação e discussão do estudo realizado por Conselheiros sobre o processo de escolha dos  
701 representantes da sociedade civil nos Conselhos de Assistência Social, considerando as  
702 deliberações da VIII Conferência Nacional a consulta pública realizada pelo CNAS e as  
703 Resoluções nº 23 e 24/2006 e outras; 2.2) Discutir operacionalização das regiões regionalizadas  
704 do CNAS com o CEAS e o CRAS/DF. Margareth Alves Dallaruvera – Coordenadora da Comissão  
705 de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social.” Prosseguiu com o plano: “Conselho  
706 Nacional de Assistência Social aprovado em fevereiro de 2010, atualizado em maio de 2012. Meta  
707 I: Assegurar que os Conselhos cumpram suas funções enquanto instâncias deliberativa dos SUAS  
708 de caráter permanente e que composição paritária. Ação/estratégia: 1.1) Fazer gestão junto aos  
709 Conselhos, ao CONGEMAS e ao FONSEAS para adequação da Lei de criação dos Conselhos em  
710 conformidade com a LOAS. A) Divulgação das questões que devem constar na Lei de criação dos  
711 Conselhos para o cumprimento das leis e normas vigentes; B) Divulgação junto aos gestores,  
712 Conselhos e Conselheiros da Resolução CNAS número 237/2006, que dá diretrizes para a  
713 estruturação, reformulação e fornecimento dos Conselhos; C) Elaboração de orientações aos CAS  
714 sobre a paridade na representação do governo e sociedade civil a ser assegurada na respectiva Lei  
715 de criação; D) Definição de mecanismos de divulgação permanente junto aos CAES, os três  
716 seguimentos que compõem a sociedade civil nos Conselhos, bem como as Resoluções CNAS  
717 número 24/2006, 23/2006 e o Decreto número 6308/2007. E) Promoção de encontro com os  
718 Conselhos Estaduais e do DF, os Conselhos das capitais, CONGEMAS, FONSEAS, FONACEAS e  
719 Fórum Nacional de Assistência Social – FNAS, e Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS –  
720 FNTSUAS, para debater o assunto. 1.2) Estabelecer mecanismos de divulgação permanente junto  
721 aos Conselhos, Conselheiros e gestores sobre as funções dos Conselhos enquanto instâncias  
722 deliberativas do SUAS de caráter permanente e composição paritária. A) Inserção da disseminação  
723 das legislações e normas afetas ao tema no plano de comunicação do CNAS; B) Elaboração de  
724 matérias e informativos sobre o tema para a disseminação publicidade no site do CNAS e do MDS,  
725 boletim SUAS, Informa etc.; C) Definição de formas para orientações aos Conselhos sobre as  
726 mudanças na LOAS dos respectivos municípios, estados e DF, com base nas orientações a serem  
727 definidas pela Comissão de Normas da Assistência Social. 1.3) Orientar os CAS quanto ao  
728 processo de escolha dos representantes da sociedade civil. A) Elaboração de orientações gerais  
729 para o processo de escolha dos representantes da sociedade civil nos Conselhos de Assistência  
730 Social, considerando as deliberações da VIII Conferência Nacional, consulta pública realizada  
731 pelo CNAS e revisitando as Resoluções CNAS número 23 e 24/2006 e outras; B) Orientações aos  
732 CAS para a realização de reuniões periódicas de caráter ampliado e descentralizado para a  
733 mobilização e orientações acerca do tema e outras questões relacionadas ao funcionamento e  
734 atuação dos Conselhos; C) Orientações aos CRAS e CREAS, e entidades de assistência social, bem  
735 como as entidades que prestam serviços, programas e projetos para inserir o tema como pauta de  
736 reuniões periódicas junto aos usuários, tendo em vista divulgar formas de organização e mobilizá-  
737 los para a participação no controle social do SUAS em parceria com as entidades que atuam no  
738 território; D) Acompanhar a evolução do funcionamento e atuação dos CAS por meio dos  
739 resultados do Censo SUAS/Conselhos. 1.4) Orientar os CAS para o planejamento de ações,  
740 considerando o cumprimento de suas atribuições. A) Elaboração de documento com orientações  
741 para a discussão e construção do plano de ação do CAES; B) Disseminação do tema junto aos CAS  
742 e gestores da assistência social; 1.5) Fortalecer a organização da sociedade civil, incentivando a  
743 atuação em Fóruns e outros espaços de discussões de interesses coletivos no âmbito dos CAES. A)  
744 Mapeamento dos Fóruns existentes em âmbito municipal, estadual e do DF, e nacional, usuários,

745 *trabalhadores de entidades e Fóruns de Assistência Social; B) Atualização do cadastro com*  
746 *endereço dos Fóruns, com atuação nos três níveis de governo; C) Divulgação da agenda de debate*  
747 *dos Conselhos junto aos Fóruns; D) Orientação para o debate acerca da ampliação, da*  
748 *participação popular junto aos CAES; E) Definição deste item como um dos critérios de boas*  
749 *práticas para a divulgação na página eletrônica do CNAS. 1.6) Criar estratégias de orientações*  
750 *para garantir a dotação orçamentária que viabilize o funcionamento dos CAS para o cumprimento*  
751 *pelos gestores. A) Indicação à SNAS/MDS para que a questão faça parte do plano de*  
752 *aprimoramento à gestão estadual do SUAS. B) Discussão da questão junto ao CONGEMAS e ao*  
753 *FONSEAS, visando garantir os desdobramentos do artigo 30 da LOAS. 1.7) Orientar os*  
754 *Conselheiros e os gestores da assistência social quanto à aplicação dos recursos destinados ao seu*  
755 *funcionamento e estrutura. A) Envio à Comissão Intergestores Tripartite – CIT de sugestão de*  
756 *inclusão em sua pauta a discussão de estratégias e orientações aos gestores estaduais e municipais*  
757 *do DF para garantir a dotação orçamentária destinada aos CAES; B) Acompanhamento do plano*  
758 *de capacitação nacional para inclusão do tema; C) Elaborar documento em conjunto c a Comissão*  
759 *de Financiamento com orientações aos Conselhos de Assistência Social, que aborde estratégias*  
760 *para o cumprimento de determinação e utilização de no mínimo 3% do IGD para o funcionamento*  
761 *dos CAES; Estratégias para que os órgãos gestores estaduais e municipais destinem recursos para*  
762 *a capacitação permanente de Conselheiros; D) Orientação aos CAS sobre os mecanismos de*  
763 *repasso de recursos do FNAS para os estados e municípios com respectivo controle em nível*  
764 *municipal, conforme prever a LOAS. Meta II) Estabelecer diretrizes para modernização da*  
765 *estrutura organizacional dos CAES. Ação/Estratégia. 2.1) Criar estratégias para fortalecer a*  
766 *Secretaria-Executiva dos Conselhos como unidade de apoio técnico e assessoria, conforme*  
767 *preceitua a NOBSUAS/RH nos CEAS, CAES-DF e nos CMAES. A) Acompanhamento dos dados do*  
768 *Censo SUAS, Conselhos, acerca da implantação da Secretaria-Executiva para a assessoria técnica*  
769 *aos Conselhos; B) Elaboração de caderno com orientações técnicas sobre o funcionamento da*  
770 *Secretaria-Executiva; C) Acompanhamento do cumprimento da competência do órgão gestor*  
771 *quanto à criação e estruturação da Secretaria-Executiva conforme normas vigentes. Meta III)*  
772 *Orientar os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao cumprimento das*  
773 *ações de fiscalização junto à rede socioassistencial e ao financiamento da Política de Assistência*  
774 *Social. Ação/Estratégia: 3;1) Acompanhar e discutir junto aos Conselhos questões afetas ao*  
775 *cumprimento de suas atribuições e competências frente às normativas vigentes. A) Realização de*  
776 *reuniões regionalizadas do CNAS com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e CAS DF.*  
777 *3.2) Acompanhar a implementação da Resolução número 16 junto aos CAS por meio dos CEAS e*  
778 *CAS DF. B) Promoção de debates e orientações aos CEAS para que esses acompanhem junto aos*  
779 *CMAES a implementação dessa Resolução. B) Definição de metodologia que permita aos*  
780 *Conselhos Municipais de Assistência Social operacionalizar a competência de acompanhamento e*  
781 *avaliação da gestão de recursos, bem como dos ganhos sociais e de desempenho dos programas,*  
782 *projetos e serviços da rede socioassistencial em seu âmbito de atuação. C) Orientações em*  
783 *conjunto com a Comissão de Política e a SNAS para operacionalização da metodologia de*  
784 *acompanhamento e avaliação da gestão de recursos, bem como dos ganhos sociais e de*  
785 *desempenho dos programas, projetos e serviços da rede socioassistencial em seu âmbito de*  
786 *atuação. D) Orientar os Conselhos para garantir recursos financeiros, humanos e infraestrutura*  
787 *necessária para realizar visitas do Conselho nos equipamentos públicos e serviços*  
788 *socioassistenciais. 3.3) Estabelecer diretrizes para que os CAS planejem suas ações para*  
789 *acompanhar a implementação das deliberações das conferências. A) Definição de metodologia*  
790 *para o acompanhamento e implementação das deliberações das conferências da assistência social.*  
791 *B) Definição de agenda nacional para os Conselhos discutirem as deliberações em seu âmbito de*

792 atuação. C) Dar subsídios tecnológicos e metodológicos aos CAS para a padronização do sistema  
793 de Relatoria das conferências. 3.4) Orientar os CAS sobre a implementação da Resolução CNAS  
794 número 27/2001, que trata da caracterização das ações das entidades de assessoramento e de  
795 defesa e garantia de direitos. A) Estabelecido de atividades que permitam ampla divulgação da  
796 matéria. Meta IV: Criar e implantar procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas pelos  
797 Conselhos de Assistência Social. Ação/estratégia: 4.1) Orientar os CAS para a instituir Resolução  
798 sobre rotina institucional para procedimentos a serem adotados quanto ao recebimento de  
799 denúncias e irregularidades. A) Orientações para que os CAS criem rotina institucional para  
800 procedimentos quanto ao recebimento de denúncias e irregularidades; Meta V) Propor e  
801 acompanhar as ações de capacitação de Conselheiros da assistência social. Ação/Estratégia: 5.1)  
802 Acompanhar a implementação do Plano Nacional de capacitação no que se refere à capacitação de  
803 Conselheiros em conjunto com a Comissão de Política. A) Criação de sistemática de  
804 acompanhamento da execução de ações do Plano Nacional de capacitação relacionada a  
805 Conselheiros. b) Orientação aos CEAS para que acompanhem a implementação da política de  
806 capacitação em seu âmbito de atuação. 5.2) Constituir dinâmica para orientações permanentes  
807 para a capacitação de Conselheiros. A) Publicidade do documento Perguntas e Respostas para  
808 distribuição; B) Utilização do instrumento de teleconferências para capacitação. C) Produção de  
809 DVD com tecnologia acessível. 5.3) Estimular, orientar e apoiar a realização de encontros  
810 regionais entre o CEAS e Conselhos municipais para discutir assuntos referentes à atuação dos  
811 Conselheiros e funcionamento dos Conselhos. A) Criação de orientações gerais para os estados  
812 realizarem reuniões descentralizadas entre o CEAS e os CMASs. Meta VI) Divulgar junto aos  
813 Conselhos os instrumentos de informação para a gestão e o controle da assistência social.  
814 Ação/Estratégia: 6.1) Orientar os CAS sobre o uso das informações do Cadastro nacional do  
815 SUAS, CADSUAS e do Censo SUAS. A) Divulgação junto à SNAS para que os CEAS tenham acesso  
816 às informações do Censo SUAS no módulo consulta relativos aos seus municípios; b) Inclusão no  
817 caderno de orientações técnicas sobre a SE Informações para a atualização permanente dos dados  
818 do Conselho no Censo SUAS. C) Orientação aos Conselhos que solicitem ao órgão gestor  
819 diagnóstico a partir das informações do CADSUAS e do Censo SUAS. D) Definição de itens de  
820 caráter cadastral e que devem compor o CADSUAS. Meta VII) Potencializar a relação dos CAS  
821 entre si com outros Conselhos setoriais de políticas e de defesa de direitos, as Comissões  
822 Intergestoras e os poderes constituídos. Ação/Estratégia: 7.1) Orientar aos CEAS para que  
823 estabeleçam mecanismos para o acompanhamento das discussões e desdobramentos das Comissões  
824 Intergestoras Bipartites – CIBs, colegiados estaduais e gestores da assistência social,  
825 COEGEMAS, Comissão Intergestora Tripartite – CIT. A) Orientação aos Conselhos a participarem  
826 das reuniões e pautarem as questões nas Plenárias. B) Sugestão aos CAS que instituem como tema  
827 permanente em suas reuniões os informes das Comissões Intergestoras. C) Informação e estímulo à  
828 inserção na pauta dos CAS as pactuações da Comissão Intergestora, que devam ser discutidas e  
829 deliberadas pelos mesmos. D) Estabelecimento de sistemática de envio de informações junto aos  
830 CAS acerca das discussões da CIT. Meta VIII) Monitorar a implementação da política de  
831 comunicação do CNAS. Ação/estratégia: 8.1) Divulgação de experiências bem sucedidas de CAES.  
832 A) Definição de critérios para a definição de boas práticas serem divulgadas na página eletrônica  
833 do CNAS. B) Sugestão à SNAS a elaboração de um guia de orientações para caracterizar boas  
834 práticas de gestão; C) Proposição ao MDS que no prêmio sobre práticas exitosas haja um eixo  
835 sobre controle social. D) Apresentação de propostas e campanha de valorização das ações dos  
836 CAS e dar publicidade as mesmas. E) Produção de material informativo. 8.2) Orientar aos CAS  
837 para criação do plano de comunicação. A) Divulgação da política e plano de comunicação do  
838 CNAS junto aos CAS.” A Presidenta, agradecendo o trabalho realizado, passou para o Conselheiro

839 Wagner, que questionou o ponto 5, na letra B, Meta 1, 1.5, “*Atualização do cadastro com endereço*  
840 *de Fóruns com atuação nos três níveis de governo.*” Sobre o que era essa atuação entre nível de  
841 governo, sendo esclarecido que era nas três esferas municipal, estadual e nacional. O Conselheiro  
842 José da Cruz ponderou se a Comissão teria tempo de elaborar tanta orientação técnica, tendo muitas  
843 funções de gestão nas metas colocadas, discorrendo sobre a questão. A Conselheira Simone  
844 considerou importante essa observação do Conselheiro José da Cruz, falando sobre a importância da  
845 orientação aos Conselhos e da discussão sobre o papel político, do debate do direito  
846 socioassistencial. Que esse assunto era pertinente à Comissão de Acompanhamento dos Conselhos,  
847 considerando as denúncias feitas pelo Conselheiro Anderson sobre a situação da população de rua,  
848 dos usuários do Programa Bolsa Família, importantes usuários do SUAS. Que havia algumas  
849 situações que mereciam uma campanha educativa e discussão com esses usuários, dando  
850 visibilidade à situação em que viviam. Falou sobre o papel do Conselho, que ia além da discussão  
851 sobre seu funcionamento, sendo que dar atenção aos usuários era uma questão muito importante,  
852 com o MDS orientando os Secretários Municipais e não aos CRAS e CREAS, que eram unidades  
853 municipais. A Conselheira Margareth concordou com o Conselheiro José da Cruz e com a  
854 Conselheira Simone, tendo que ter conhecimento da competência da gestão e no exercício do  
855 controle social, cabendo orientar os conselhos que, por sua vez, orientariam os CRAS e CREAS.  
856 Concordou com a Conselheira Simone que o Pleno tinha que ter uma visão política muito mais  
857 ampla, não só do controle social, mas das próprias situações que culminaram na situação atual,  
858 destacando a meta V, onde conseguiriam politizar o debate. Ressaltou que não era só através dos  
859 Fóruns que fariam esse debate, mas com os atores se deslocando nesses espaços e sendo a partir do  
860 fortalecimento e organização da Sociedade Civil que conseguiriam trazer o protagonismo que tanto  
861 queriam na Política de Assistência Social. O Conselheiro Wagner falou sobre o grande número de  
862 Instruções Normativas, que confundiam os Conselhos Municipais de P1 e P2, com grandes  
863 dificuldades. Com relação ao item 3.4, ponderou que seria importante se também essas operações  
864 passassem pela coordenação de Normas, visto que a discussão sobre assessoramento e defesa e  
865 garantias havia saído dessa Comissão e o GT havia construído a Resolução 27. Corroborou com a  
866 fala do Conselheiro José da Cruz sobre a importância da orientação, mas que isso fosse feito de  
867 maneira muito pedagógica, considerando as mudanças municipais que se realizariam nesse ano. O  
868 Conselheiro Fábio informou que na comissão não haviam discutido esse assunto, informando que  
869 em 2013 haveria a Conferência Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil, indagando se  
870 poderiam ter alguma estratégia de orientação aos Conselhos municipais para discussão desse tema.  
871 A Conselheira Simone concordou com o Conselheiro Fábio, tendo que orientar e discutir, com o  
872 CNAS podendo encaminhar algumas campanhas nacionais junto com os Conselhos Estaduais e  
873 Municipais. Observou que o próximo ano seria de Conferência, podendo-se pensar em algo que  
874 perpassasse esse evento e com a questão do trabalho infantil merecendo uma proposta específica,  
875 junto com MDS, CONGEMAS e FONSEAS, falando sobre a realização de debate sobre  
876 determinadas questões. Indicou algumas situações apontadas pelos Secretários Municipais para  
877 serem tomadas até a Copa do Mundo, sendo interessante que a Comissão de Acompanhamento de  
878 Conselhos pudesse refletir sobre a discussão do direito dos usuários da Assistência Social, e dos  
879 direitos sociassistenciais. A Presidenta indicou que os relatos das Comissões seriam dados a  
880 conhecer, sugerindo uma reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência  
881 de Renda, para a próxima Reunião Ordinária, mas com grande parte das colocações dos  
882 Conselheiros sendo viabilizada ou seria viabilizada por meio de outras estratégias e metas. A  
883 Conselheira Márcia indagou se a Resolução 27 não caberia na Comissão de Conselhos, não tendo  
884 ficado claro onde a mesma se situaria. A Presidenta observou que isso poderia ser verificado  
885 posteriormente, com a Conselheira Margareth esclarecendo a situação e questionando se retirariam

886 todo o item 3.4 ou só a B. A Presidenta esclareceu que na Comissão do Conselho tinham duas  
887 estratégias, uma consecução direta da meta, que enviaram para a Comissão de Políticas, deixando a  
888 questão da divulgação, que estava faltando. A Conselheira Simone indicou que na página dois, na  
889 meta 1.7, estratégias para o cumprimento da determinação de utilização de no mínimo 3% do IGD,  
890 deveriam esclarecer, 3% do IGDSUAS e 3% do IGD do Programa Bolsa Família. Em não havendo  
891 mais nenhuma colocação, a Presidenta considerou aprovado o Plano de Ação da Comissão de  
892 Acompanhamento aos Conselhos, considerando a existência de um cronograma para os próximos  
893 dois anos. Também considerou aprovada a Memória da Comissão de Acompanhamento aos  
894 Conselhos de Assistência Social. Item Memória da reunião conjunta da Comissão de  
895 **Acompanhamento aos Conselhos e Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência**  
896 **Social**, pela Conselheira Margareth: “*Memória da reunião conjunta: Comissão de*  
897 *Acompanhamento aos Conselhos e Financiamento, e Orçamento da Assistência Social. Agosto de*  
898 *2012. Reunião 01/2012. Data: 14/08/2012. Horário: De 9h às 12h. Local: Esplanada dos*  
899 *Ministérios, anexo do Bloco F, Ala A, CNAS – sala 108. Conselheiros da Comissão de*  
900 *Acompanhamento aos Conselhos e de Financiamento e Orçamento presentes: Margareth Alves*  
901 *Dallaruvera – Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos; Aldenora Gomes*  
902 *Gonzáles – Coordenadora Adjunta da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos; Volmir*  
903 *Raimondi – Coordenador da Comissão de Financiamento e Orçamento; Ademar de Andrade*  
904 *Bertucci – Coordenador Adjunto da Comissão de Financiamento e Orçamento; Carlos Rogério de*  
905 *Carvalho Nunes; Charles Roberto Pranke; Dóris Margareth de Jesus; Fábio Moassab Bruni;*  
906 *Fátima Aparecida Rampin; José Araújo da Silva; Léa Lúcia Cecílio Braga; Luziele Maria de Souza*  
907 *Tapajós; Márcia de Carvalho Rocha; Maria do Socorro Fernandes Tabosa; Marisa Rodrigues da*  
908 *Silva; Solange Teixeira. Conselheiros com ausência justificada: José Geraldo França Diniz.*  
909 *Demais Conselheiros presentes: Anderson Lopes Miranda; Edivaldo da Silva Ramos; Leila*  
910 *Pizzato; Meive Ausônia Piacesi; Nilsia Lourdes dos Santos. Convidados: Sérgio Monteiro –*  
911 *Diretor Substituto do Departamento de Operação – DEOP e Coordenador Geral de Execução*  
912 *Orçamentária e Financeira; Gláucio Coimbra – Coordenador Geral de Acompanhamento da*  
913 *Gestão Descentralizada – CAGD, área de apoio à gestão descentralizada; Raquel Cristina de*  
914 *Oliveira – Departamento de Acompanhamento – DECOM, área de controle social; Simone*  
915 *Aparecida Albuquerque – Diretora de gestão do SUAS, CNAS/MDS; Antônio José Gonçalves*  
916 *Henrique – Diretor do Fundo Nacional de Assistência Social – CNAS/MDS; Adailton Amaral*  
917 *Barbosa Leire – Assessoria do gabinete da SNAS/MDS. Ouvintes: Clara Carolina de Sá – SNAS;*  
918 *Dulcelena Alves Vaz Martins – FNAS/SNAS; Juliana Santos de Andrade – ABC Social; Jaime*  
919 *Rabelo Adriano – SNAS; Juliane Feijó, CEAS de Alagoas; Luzitânia Gomes Oliveira –*  
920 *CEAS/Alagoas; Rosângela da Silva Ribeiro – Confederação Nacional dos Municípios. Secretaria-*  
921 *Executiva do CNAS: Liliane Neves – Coordenadora de Acompanhamento aos Conselhos; Jamile*  
922 *Calado – Coordenadora de Financiamento; Fernanda Padovan; Josué Alves dos Santos; Lilian*  
923 *Guedes; Mirele Dantas; Suzani Oliveira. 1) Apresentação da Secretaria Nacional de Renda e*  
924 *Cidadania e da Secretaria Nacional de Assistência Social. As Secretarias apresentaram as*  
925 *informações referentes aos Índice de Gestão Descentralizada – IGD, do programa Bolsa Família e*  
926 *do Sistema Único de Assistência Social, ressaltando os dados referentes ao uso de no mínimo 3%*  
927 *para o funcionamento e atuação do controle social. 2) Elaboração de orientações aos Conselhos de*  
928 *Assistência Social sobre o uso de Índice de Gestão Descentralizada. As coordenações de*  
929 *acompanhamento aos Conselhos e de financiamento da assistência social preparam uma minuta*  
930 *com orientações aos Conselhos sobre o uso do IGD do programa Bolsa Família e do SUAS,*  
931 *ressaltando as competências e atribuições dos Conselhos no controle social dos recursos oriundos*  
932 *Fundo Nacional de Assistência Social e as condicionalidades para o recebimento do IGD. Foi*

933 *encaminhado que os Conselheiros Volmir Raimondi e Margareth Alves Dallaruvera juntamente*  
934 *com as Coordenadoras técnicas prepararão o documento a ser encaminhado aos demais*  
935 *Conselheiros da Comissão para a apreciação e manifestação. Encaminhamentos: 21) Enviar o*  
936 *documento à Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC, à Secretaria Nacional de*  
937 *Assistência Social - SNAS e Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para apreciação e*  
938 *considerações necessárias ao documento e posterior apresentação à Plenária para aprovação. 2.2)*  
939 *Constar nas orientações os prazos estabelecidos para o ciclo orçamentário e como anexo o manual*  
940 *orientador aos Conselhos Municipais de Assistência Social sobre matéria orçamentária e*  
941 *financeira publicada pelo CNAS. 2.3) Constar orientações aos Conselhos de Assistência Social*  
942 *para emissão de Resoluções, aprovando o planejamento da utilização dos recursos do IGDPBF e*  
943 *SUAS. Margareth Alves Dallaruvera, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos*  
944 *Conselhos de Assistência Social, Volmir Raimondi, Comissão, Coordenador da Comissão de*  
945 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social.”O Conselheiro José Araújo parabenizou o*  
946 *Departamento de Gestão do SUAS pela publicação no caderno de orientações, esclarecendo a*  
947 *utilização do IGDSUAS, citando o capítulo VIII e suas indicações. A Conselheira Nilsia indagou*  
948 *sobre o conteúdo desse caderno, e que não o havia recebido, com a Presidenta informando que o*  
949 *mesmo lhe seria entregue aos Conselheiros que não o haviam recebido, tratando-se de orientações*  
950 *acerca do uso do Índice de Gestão Descentralizado do SUAS no contexto dos municípios, inclusive*  
951 *para os Conselhos. O Conselheiro Charles complementou que a minuta de orientações fosse*  
952 *repassada a todos os Conselheiros, definindo-se um prazo para esse encaminhamento. Sugeriu que o*  
953 *Conselheiro Volmir e a Conselheira Margareth, junto com as coordenações técnicas, organizassem*  
954 *esse material e trouxessem para a Plenária de setembro. A Conselheira Simone agradeceu pela*  
955 *oportunidade dada à SNAS, SENARC, pela Comissão de Acompanhamento de Conselhos e de*  
956 *Financiamento, discorrendo sobre a importância do tema e o esforço dessas Secretarias para apoiar*  
957 *as gestões estaduais e municipais. Que não havia nenhum sistema no Brasil que tivesse recursos*  
958 *para incentivo ao controle social, encontrando muito importante o trabalho desenvolvido pelo*  
959 *CNAS, arrazoando que se deveria dar mais visibilidade à sua estratégia de incentivo ao controle*  
960 *social. Pediu desculpas à Conselheira Nilsia, informando que o caderno deveria ter sido entregue no*  
961 *dia anterior, sugerindo colocar em uma mesa todo o material, à disposição dos Conselheiros e,*  
962 *encaminhar um e-mail solicitando algum documento que necessitassem, com a Presidenta*  
963 *concordando com essas sugestões e a Conselheira Nilsia agradecendo pela deferência. A*  
964 *Conselheira Margareth agradeceu à todas da Comissão e da Comissão de Conselhos pelo trabalho*  
965 *conjunto, agradecendo principalmente à Secretaria-Executiva, com essa aprovação sendo resultado*  
966 *do trabalho coletivo. A Presidenta agradeceu ao Conselheiro Volmir, na pessoa do Conselheiro*  
967 *Ademar, pela efetivação da reunião conjunta que havia alcançado os seus objetivos. Solicitou, no*  
968 *encaminhamento, que ao receber esse material os Conselheiros dessem retorno o mais breve*  
969 *possível para poder apresentar na próxima Plenária. O Conselheiro Wagner sugeriu fosse*  
970 *determinado esse prazo, com o, Conselheiro José da Cruz indicando que o material já estava a*  
971 *caminho e que o *pen drive* entregue havia sido atualizado, contendo o caderno do IGD, mas com a*  
972 *versão impressa podendo ser recolhido pelos Conselheiros ao final da reunião na mesa com o*  
973 *material. A Presidente solicitou ao Conselheiro Wagner, que junto com a Coordenadora,*  
974 *estabelecessem esse prazo ao enviar o material. **Item Relato da Comissão de Financiamento e***  
975 ***Orçamento da Assistência Social***, pelo Conselheiro Ademar: *“Comissão de Financiamento e*  
976 *Orçamento da Assistência Social. Reunião que aconteceu 14/08 entre 13h30 e 17h20 na Esplanada*  
977 *dos Ministérios aqui no Conselho Nacional de Assistência Social. Os Conselheiros presentes*  
978 *foram: Volmir Raimondi, que é o Coordenador; Ademar de Andrade Bertucci – Coordenador*  
979 *Adjunto; Carlos Rogério de Carvalho Nunes e Charles Roberto Pranke; Dóris Margareth de Jesus;*

980 *Fábio Moassab Bruni; Fátima Aparecida Rampin; Margareth Alves Dallaruvera. Ausências*  
981 *justificadas: José Geraldo França Diniz; Eutália Barbosa Rodrigues. Da Secretaria-Executiva do*  
982 *CNAS: Maria Mercês de Avelino Carvalho, Secretária Executiva do CNAS, Jamile Calado; Mirele*  
983 *Dantas e Suzani Gonçalves. Na nossa reunião tivemos quatro pontos: 1) Relatório de execução da*  
984 *ação 8249, funcionamento dos Conselhos segundo trimestre. A Secretaria-Executiva do Conselho*  
985 *Nacional de Assistência Social, a Secretária Executiva Maria das Mercês Avelino de Carvalho*  
986 *apresentou o relatório de execução da ação 8249 – funcionamento dos Conselhos referente ao 2ª*  
987 *trimestre de 2012 05/07, onde foram destacados os seguintes pontos: Conforme planilha anexa, a*  
988 *execução de 66,41% em diárias de deslocamento, e de 31,38% em passagens justifica-se pela*  
989 *realização das reuniões ordinárias, Comissões e Plenárias dos meses de fevereiro, março, maio e*  
990 *junho, e da reunião ampliada e descentralizada realizada no mês de abril em Manaus. Ressalta-se*  
991 *que além das quatro Comissões Permanentes aconteceram também reuniões da Comissão Eleitoral*  
992 *nesse período. A execução dos PI' são "Serviços de Libras e taquigrafia" se dá em conformidade*  
993 *com a necessidade de utilização do serviço dentro do prazo de vigência do contrato das empresas*  
994 *licitadas com o CNAS. O PI Digitalização refere-se à higienização e digitalização do acervo*  
995 *processual do Conselho Nacional, que será realizada por empresa a ser contratada por meio de*  
996 *licitação pública. Foi realizada pesquisa de mercado, que embasou o valor de R\$ 6.891.910,00*  
997 *para essa finalidade. O Termo de Referência destinado à contratação da referida empresa foi*  
998 *encaminhado à Secretaria Nacional de Assistência Social esses em tramitação, assim justificando a*  
999 *não execução. O PI Impressão e encadernação de material institucional destina-se à republicação*  
1000 *das cartilhas I – Orientação acerca dos Conselhos do controle social da política pública de*  
1001 *assistência social; da cartilha II – Implicação do SUAS e da gestão descentralizada na atuação dos*  
1002 *Conselhos de Assistência Social; e a elaboração da cartilha III. Serão realizadas por Consultoras a*  
1003 *ser contratado por intermédio de Termo de Referência via programa das Nações Unidas para o*  
1004 *desenvolvimento – PNUD, que está em fase de seleção. É importante ressaltar que a ação 8249*  
1005 *deverá ser executada em sua integralidade até o final do exercício financeiro. Encaminhamentos: A*  
1006 *Comissão de Financiamento sugere ao pleno: Aprovar o relatório de execução da ação 8249,*  
1007 *funcionamento dos Conselhos segundo trimestre; Na próxima apreciação do relatório de execução*  
1008 *da ação 8249 apresentar a memória de cálculo da ação. 2) Minuta de ofício que encaminha as*  
1009 *moções da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Foi apreciada e aprovada a minuta de*  
1010 *ofício que encaminha as moções da VIII Conferência Nacional de Assistência Social referentes ao*  
1011 *orçamento e financiamento da assistência social. 3) Plano de ação da Comissão de Financiamento*  
1012 *e Orçamento da Assistência Social. Com vistas ao planejamento de assuntos a serem discutidos nas*  
1013 *reuniões foi apreciado o plano de ação da Comissão. Após os debates, ficou assim definido: Meta*  
1014 *I) Discutir o ciclo orçamentário, Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei*  
1015 *Orçamentária Anual da assistência social nas três esferas de governo. Ações/estratégias:1.1 –*  
1016 *Apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social encaminhada pela Secretaria*  
1017 *Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a*  
1018 *solicitação da proposta orçamentária preliminar do ano seguinte com antecedência suficiente para*  
1019 *análise preliminar; b) Fortalecimento da comunicação entre o CNAS e o Fundo Nacional de*  
1020 *Assistência Social – FNAS; e c) estabelecimento de agendas com as áreas de referência do debate*  
1021 *orçamentário financeiro de outros Conselhos nacionais com o objetivo de verificar as diversas*  
1022 *metodologias e abordagens da temática no âmbito do controle social e compartilhar experiências.*  
1023 *1.2) Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas plurianuais do Fundo Nacional de*  
1024 *Assistência Social. A) Análise da proposta apresentada pela SNAS na Comissão de Financiamento;*  
1025 *B) Monitorar o processo de análise do Plano Plurianual junto ao Conselho Nacional.*  
1026 *1.3)Fortalecer o campo do controle social, Conselhos Estaduais, Municipais e do DF para*

1027 *apreciação e monitoramento do ciclo orçamentário nas suas respectivas esferas. A) Orientação*  
1028 *permanente aos Conselhos de Assistência Social sobre o ciclo orçamentário. Meta II) Aprovar*  
1029 *critérios de transferência de recursos para os estados, municípios e Distrito Federal.*  
1030 *Ações/estratégias: 2.1) Apreciar e aprovar os critérios de transferência de recursos para os*  
1031 *estados, municípios e DF encaminhadas pela SNAS, pactuados na CIT. A) Análise da natureza, do*  
1032 *conceito e da finalidade dos programas e serviços aos quais se destinam os recursos, bem como*  
1033 *seus critérios de partilha. 2.2) Participar das reuniões da Comissão Intergestora Tripartite – CIT,*  
1034 *quando da discussão específica do assunto. A) Acompanhamento da reunião e discussões na CIT*  
1035 *sobre a matéria; Meta III) Desenvolver planos de monitoramento de efetividade do investimento da*  
1036 *assistência social. Ações/estratégias: 3.1 Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos dos serviços,*  
1037 *programas, projetos e benefícios articulando-os a uma análise de custos de serviços e programas*  
1038 *nas três esferas de governo. A) Estudos na área de monitoramento de efetividade do investimento*  
1039 *social; e B) Desenvolvimento de estratégias de monitoramento. Meta IV) Apreciar e aprovar os*  
1040 *relatórios trimestrais de execução orçamentária do Fundo Nacional de Assistência Social.*  
1041 *Ações/estratégias: 4.1) Apreciar e aprovar os relatórios trimestrais de execução orçamentária do*  
1042 *Fundo Nacional de Assistência Social. A) Análise dos percentuais de execução conforme a dotação*  
1043 *orçamentária e a data da apresentação do relatório. B) Apresentação resumida e explicativa aos*  
1044 *Conselheiros. Meta V) Apreciar o relatório de execução orçamentária e financeira da ação de*  
1045 *funcionamento do CNAS; Ações/estratégias: 5.1) Apreciar o relatório de execução orçamentária e*  
1046 *financeira da ação 8249, funcionamento dos Conselhos de assistência social. A) Analisar e*  
1047 *monitorar a execução da ação 8249 referente ao funcionamento do CNAS; e B) Avaliar os*  
1048 *percentuais de execução em consonância com o período do relatório a ser apresentado. Meta VI)*  
1049 *Capacitar os Conselheiros da Comissão de Financiamento sobre matéria orçamentária e*  
1050 *financeira. Ações/estratégias: 6.1) Promover capacitação aos Conselheiros da Comissão de*  
1051 *Financiamento sobre matéria orçamentária e financeira. A) Elaboração de ciclo de debates para a*  
1052 *Comissão. 6.2) Elaborar documento base sobre a questão com conteúdo central das capacitações*  
1053 *para o controle social SAGI e degravações. A) Identificação de conteúdo; B) Planejamento da ação*  
1054 *com parceiros; C) Desenvolvimento de estratégias para divulgação. Meta VII) Discutir o ciclo*  
1055 *orçamentário na intersetorialidade e da seguridade social. Ações/estratégias: 7.1) Promover a*  
1056 *aproximação e mecanismos de debate e articulação interconselhos. A) Definição de temas a serem*  
1057 *discutidos, tomando-se em conta a intersetorialidade; e B) Proposição da retomada do Conselho*  
1058 *Nacional de Seguridade Social. Por último a pauta de setembro: Capacitação aos Conselheiros da*  
1059 *Comissão de Financiamento sobre matéria orçamentária e financeira; e definir os temas*  
1060 *prioritários a serem discutidos entre a Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência*  
1061 *Social e o Fundo Nacional de Assistência Social. Assina Volmir Raimondi, Coordenador da*  
1062 *Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.” O Conselheiro Charles sugeriu*  
1063 *que os três pontos tratados fossem abordados para provação posterior, com a Presidenta indicando*  
1064 *os Itens I e II, não havendo nenhum questionamento. Com relação ao Item III, a Conselheira*  
1065 *Simone cumprimentou pelo trabalho apresentado, informando ter entregue à Comissão de*  
1066 *Financiamento dois estudos, um estudo do IPEA lançado no início do ano sobre o financiamento no*  
1067 *SUAS, sendo interessante que o IPEA fosse convidado para falar sobre o assunto, visto que um dos*  
1068 *temas da próxima conferência seria a gestão financeira. Que havia entregue o segundo estudo feito*  
1069 *pela Subsecretaria de Orçamento, a SPO – Secretaria de Planejamento e Orçamento, pela equipe do*  
1070 *Subsecretário José Dirceu Galão sobre o cofinanciamento, o gasto com Assistência Social de*  
1071 *governos estaduais e municipais. Observou que a Comissão também não poderia abandonar a*  
1072 *iniciativa de que o Ministério do Planejamento reconhecesse os recursos de Assistência Social*  
1073 *como obrigatórios, assunto que havia sido tema da última descentralizada do CNAS. Que seria*

1074 interessante que a Comissão de Financiamento acompanhasse e monitorasse os indicadores do  
1075 IGDSUAS e IGD Bolsa, devendo ser pauta para que fosse feita uma apresentação sobre a questão.  
1076 O Conselheiro José Araújo indicou a meta VII, Ações/estratégias aqui na proposição de retomada  
1077 do Conselho Nacional de Seguridade Social, lembrando que no Fórum Social Temático em Porto  
1078 Alegre haviam discutido para que fosse feito um trabalho conjunto entre o CNAS e o Conselho de  
1079 Saúde, encontrando que esse assunto estaria mais ligado à Comissão de Política. O Conselheiro  
1080 Wagner esclareceu, sobre a meta VI, que no próximo aconteceria a Conferência com o tema sendo o  
1081 financiamento do SUAS, temendo que o assunto fosse deixado de lado com a discussão de outros  
1082 temas, o que já havia acontecido. Que deveria ser realizada uma oficina para discutir a questão do  
1083 financiamento na descentralizada, reforçando esse debate na próxima Conferência, discorrendo  
1084 sobre a falta de recursos para executar o controle social. O Conselheiro Ademar concordou com a  
1085 fala da Conselheira Simone sobre a necessidade de conhecer esses temas, com o cofinanciamento  
1086 de estados e municípios tendo sido abordado na primeira reunião da Comissão. Que entendia que  
1087 essa discussão cabia nessa Comissão, considerando ser tema do alcance de todas, lembrando a fala  
1088 da Conselheira Simone *“Esse nosso Conselho, essa nossa ação é uma das poucas, senão a única*  
1089 *que confere recursos para a ação de controle social.”* Observou que tinham o recurso, mas que  
1090 depois veriam como o mesmo seria aplicado. O Conselheiro Charles lembrou que em setembro  
1091 estava pautada a capacitação dos Conselheiros, tendo a presença de representante da Secretaria do  
1092 Orçamento Federal, o tema sobre o ciclo orçamentário, a Subsecretaria de Planejamento de  
1093 Orçamento do MDS, o tema Apresentação da nota técnica sobre o orçamento da seguridade social,  
1094 e o Professor Eduardo Fagnani da Unicamp sobre os pisos de proteção social. A Presidenta, em não  
1095 havendo mais nenhuma colocação, considerou aprovado o plano de ação da Comissão de  
1096 Financiamento de Assistência Social do Conselho Nacional pelo Pleno. Discorreu sobre a  
1097 importância desse plano, indo além da questão orçamentária e abordando outros aspectos da  
1098 política. Indicou a pauta de setembro, lembrando a Sra. Mirela: *“Para setembro a Comissão propõe*  
1099 *a seguinte pauta, que é capacitação dos Conselheiros da Comissão de Financiamento sobre*  
1100 *matéria orçamentária e financeira, definição de temas prioritários a serem discutidos entre a*  
1101 *Comissão de Financiamento e Orçamento, e o Fundo Nacional de Assistência Social.”* A  
1102 Presidenta considerou aprovados esses dois itens para a pauta do mês de setembro. Que no dia  
1103 seguinte seria apresentada a memória da reunião da Presidência Ampliada, para discussão do  
1104 governo e Sociedade civil sobre a proposta de análise de nova formatação das Comissões do  
1105 Conselho. Indicou que o encerramento da reunião Ordinária, para que os segmentos pudessem se  
1106 reunir e debater essa temática. Informou que na sala 111, estava à disposição dos Conselheiros o  
1107 resultado do Fundo Solidário realizado na Reunião Ordinária anterior. Indicou que a Sociedade  
1108 Civil deveria se reunir na sala 102 e o segmento do governo permanecesse nesse recinto para a  
1109 reunião a seguir. **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a Reunião Ordinária, convidando a  
1110 todos para retornarem no dia seguinte às 9h. **ABERTURA.** Aos dezesseis dias do mês de agosto de  
1111 dois e doze, prosseguiu a 203ª RO do Conselho Nacional de Assistência Social, com a Presidenta  
1112 solicitando à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na  
1113 Titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheiro José Ferreira da Cruz;  
1114 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro Wagner Carneiro  
1115 de Santana; Conselheiro Volmir Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira  
1116 Aldenora Gomes Gonzáles; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria; Conselheira  
1117 Margareth Alves Dallaruvera; Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheiro Fábio Moassab  
1118 Bruni; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha. Conselheiros Suplentes: Conselheiro Charles  
1119 Roberto Pranke; Conselheira Dóris Margareth de Jesus; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho  
1120 Nunes; Conselheiro Tiago Barbosa Ferreira Cabral; e, Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos. A

1121 Presidenta solicitou inversão da pauta, com o relato da Presidência Ampliada passando para o final  
1122 da manhã, iniciando com o **Item Relato da Comissão de Normas**, pela Conselheira  
1123 Marisa: “*Memória de reunião Comissão de Normas da Assistência Social. Reunião 002/2012. Data:*  
1124 *14/08/2012. Horário das 13h às 18h. Local: Aqui no CNAS. Conselheiros presentes: Marisa*  
1125 *Rodrigues da Silva; Léa Lúcia Cecílio Braga; Aldenora Gomes Gonzáles; Cláudia Faquinote;*  
1126 *Eloiana Cambraia Soares; José Araújo da Silva; Leila Pizzato; Simone Aparecida Albuquerque;*  
1127 *Tiago Barbosa Ferreira Cabral; Wagner Carneiro de Santana. Secretaria-Executiva: Christianne*  
1128 *Menezes; Giovana Veloso; Dialuana Loup; Douglas Amaro e Maria de Fátima Teixeira de Souza.*  
1129 *I) Informes: a Coordenadora da Comissão de Normas, Marisa Rodrigues da Silva, leu o relato das*  
1130 *ações desenvolvidas pela coordenação de normas de assistência social e Secretaria-Executiva que*  
1131 *deram prosseguimento aos encaminhamentos deliberados no mês de julho de 2012.*  
1132 *Encaminhamento: Enviar aos Conselheiros da Comissão de Normas por e-mail documento com os*  
1133 *informes das ações da Comissão de Normas no mês de julho... No mês de agosto.” Por favor,*  
1134 *retifique aí que é no mês de agosto. Perdão, o subsequente é que será no mês de julho. “II) Debate*  
1135 *sobre o planejamento das ações da Comissão. Foi retomado o debate sobre o planejamento das*  
1136 *ações da Comissão, iniciado no mês de julho. O Plano de Ações da Comissão segue abaixo: Plano*  
1137 *de ação da Comissão de Normas de Assistência Social. Meta I) Fortalecer a participação dos*  
1138 *usuários no controle social da Política de Assistência Social. Ações/estratégias: 1. Desenvolver*  
1139 *mecanismos de mobilização para participação dos usuários na Política de Assistência Social. a)*  
1140 *Debate sobre as formas de viabilizar a mobilização e a participação dos usuários na Política de*  
1141 *Assistência Social; b) Fomento ao debate sobre o tema Mobilização e Participação dos usuários na*  
1142 *Política de assistência social; c) Realização de estudos sobre o tema utilizando os dados do Censo*  
1143 *SUAS, anais das conferências e degravações específicas; d) Estabelecimento de parceria com os*  
1144 *Conselhos Nacionais de Defesa de Direitos Fórum Nacionais de Assistência Social para fortalecer*  
1145 *a participação dos usuários no espaço da política de Assistência Social; e) Estabelecimento de*  
1146 *parceria com Conselhos Nacionais de Políticas Públicas para a discussão das formas/meios de*  
1147 *participação dos usuários da política de assistência social em outros espaços da política pública; f)*  
1148 *Estabelecimento de agenda conjunta com a CIT para a deliberação da NOB/SUAS; g) Inserção do*  
1149 *tema "Participação dos Usuários na Política de Assistência Social" reuniões descentralizadas e*  
1150 *ampliadas do CNAS; h) Proposição junto ao CNAS que na próxima reunião Descentralizada haja*  
1151 *uma oficina sobre a mobilização e participação dos usuários; i) Elaboração de cartilhas, folders e*  
1152 *outros materiais para divulgação. Meta 2: Organizar o atendimento acerca de assuntos não normatizados*  
1153 *ou não deliberados pelo CNAS. Ações/estratégias: 2.1. Organizar os procedimentos administrativos de*  
1154 *atendimento às perguntas que chegam ao CNAS, em que não haja resposta explícita em*  
1155 *Resoluções, em documentos orientadores e ou em normativas do CNAS. a) Padronização do*  
1156 *registro de perguntas enviadas ao CNAS que serão encaminhadas à Comissão de Normas. 2.2.*  
1157 *Elaborar fluxo de resposta em Ordem de Serviço interna. a) Envio de respostas às perguntas, ao*  
1158 *solicitante, em que há deliberação do CNAS sobre o assunto. b) Envio de respostas, ao solicitante,*  
1159 *das perguntas em que não há deliberação do CNAS, mas que são de sua competência; d) Definição*  
1160 *para atendimento da perguntas que são de competência o CNAS; e) Preparação de documento*  
1161 *para montagem de Ordem de Serviço afeta a todos os setores do CNAS. Meta 3: Criar orientações*  
1162 *que visem garantir a acessibilidade e acesso das pessoas com deficiência ao SUAS.*  
1163 *Ações/estratégias: 3. 1. Debater sobre o tema "Acessibilidade e acesso das pessoas co deficiência*  
1164 *aos a) Debate sobre o acesso ao BPC e ao Programa Bolsa Família das pessoas com deficiência;*  
1165 *b) Elaboração de mecanismos para o acesso a informação do sistema, a Rede SUAS; c) Garantia*  
1166 *das condições de acessibilidade e acesso das pessoas co deficiência nas conferências e espaços de*  
1167 *controle social da assistência social; d) Realização do mapeamento das tecnologias assistivas de*

1168 convivência para pessoas com deficiência. Meta 4: Normatizar as ações e regular a prestação de  
1169 serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social. Ações/estratégias: 4.1.  
1170 Revisar a Resolução CNAS nº 212/2006, que dispõe sobre os critérios orientadores para a  
1171 regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência  
1172 social, face à publicação da Lei nº 12.435/2011. a) Debate sobre a temática e a necessidade da  
1173 revisão da referida resolução; b) Realização de reunião Conjunta com a Comissão de Política e  
1174 com a Comissão de Acompanhamento aos Benefícios e Transferência de Renda; 4.2 Revisão da  
1175 Resolução CNAS nº 237/2006, que dispõe sobre diretrizes para a estruturação, reformulação e  
1176 funcionamento dos conselhos. A) Inclusão de orientações sobre o papel dos Conselhos no  
1177 acompanhamento do ciclo orçamentário; b) Referenciamento das deliberações das Conferências a  
1178 partir de 2006. 4.3) Discutir as questões: 4.3.1) As entidades que ofertam serviços de  
1179 restaurantes comunitários poderão inscrever-se nos Conselhos de Assistência Social? a) Indicação  
1180 desse assunto para análise da Comissão de Normas; b) Envio de convite ao CONSEA e a  
1181 Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional/MDS para participar do debate. 4.3.2) As  
1182 entidades que prestam serviços contratadas por prefeituras ("cogestão") poderão se inscrever nos  
1183 Conselhos de Assistência Social? a) Fazer um estudo sobre a celebração de contratos e  
1184 modalidades de gestão possíveis no âmbito do SUAS em relação à contratação de entidades  
1185 prestadoras de serviços. 4.4) Análise da demanda de nova redação do art. 11 da Resolução CNAS  
1186 número 16/2010. a) Análise sobre do artigo 11 da Resolução CNAS número 16/2010 à luz da  
1187 LOAS e da Lei 12.101/2009. 4.5) Monitoramento das legislações que propõem alteração na  
1188 Política de da Assistência Social, no SUAS, no legislativo e no Judiciário. a) Acompanhamento da  
1189 tramitação destes assuntos no Congresso Nacional e nas decisões do Judiciário. Meta 5:  
1190 Acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações de assistência  
1191 social no MDS. Ações/estratégias: 5.1) Apreciar a apresentação pelo Departamento da Rede  
1192 Socioassistencial Privada do SUAS - DRSP/MDS das informações trimestrais sobre o processo da  
1193 certificação de entidades de assistência social, conforme disposto no artigo 1º da Resolução CNAS  
1194 número 18/2011. a) Indicação que o DRSP/SNAS apresente trimestralmente informações sobre o  
1195 processo de certificação de entidades de assistência social. Meta 6) Normatizar ações do sistema  
1196 descentralizado e participativo do SUAS quanto ao funcionamento dos Conselhos e conferências de  
1197 Assistência Social. Ações/estratégias: 6.1. Orientar os gestores municipais da assistência social  
1198 sob e o papel das Conferências e sobre a necessidade de realizar alterações em suas legislações em  
1199 face da publicação da Lei 12.435/2011 que altera a LOAS. a) Elaboração de documento orientador  
1200 em conjunto o CONGEMAS e a SNAS (Coordenação de Regulação do SUAS). 6.2. Estabelecimento  
1201 de procedimentos internos referentes aos recursos das decisões do conselho de assistência social  
1202 do Distrito Federal quanto à inscrição; a) Debate na Comissão de Normas da minuta de Resolução  
1203 já elabora a pela gestão anterior sobre o tema; META 7: Garantir o princípio da Paridade entre os  
1204 segmentos da sociedade civil e do governo no CNAS. Ações/estratégias: 7.1. Normatizar a  
1205 representação do governo e da sociedade civil no CNAS. a) Normatização da Eleição da Sociedade  
1206 Civil no CNAS; b) Normatização da indicação de representantes governamentais no CNAS; c)  
1207 Garantia das condições igualitárias para a participação dos conselheiros de ambos os segmentos  
1208 no CNAS. 3) Apreciação do formulário orientador sobre os procedimentos referentes às perguntas  
1209 que chegam ao CNAS, em que não haja resposta explícita em Resoluções do CNAS, em documentos  
1210 orientadores e em normativas. Conforme deliberado no mês de julho, a Comissão de Normas da  
1211 Assistência Social deveria elaborar formulário de atendimento contendo os seguintes tens: nome, e-  
1212 mail telefone, cidade/UF, data, questionamento e a justificativa do questionamento para que nos  
1213 casos em que houver perguntas ao CNAS e que não haja resposta explícita em resoluções deste  
1214 Conselho, em documentos orientadores e em normativas, o CNAS tenha um formulário padrão

1215 *contendo as informações necessárias para tratamento das demandas. O formulário, em anexo, foi*  
1216 *apresentado, apreciado e aprovado pela Comissão de Normas. Encaminhamentos: -Aprovar o*  
1217 *formulário em anexo. 4) Encaminhamentos da reunião: - Enviar, via e-mail, aos Conselheiros*  
1218 *integrantes da comissão de Normas da Assistência Social o Ofício do FONACEAS nº*  
1219 *005/FONACEAS/12. - Solicitar a SNAS a elaboração de Orientações Técnicas da Resolução CNAS*  
1220 *nº 27/2011 que Caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito*  
1221 *da assistência social. 5) Pauta para o mês de setembro de 2012. –Retomar o debate do plano de*  
1222 *ação de Comissão. – Apresentar e discutir sobre o tema de mobilização e participação dos*  
1223 *usuários na Política de Assistência Social.” A Presidenta indicou o encaminhamento no item 1,*  
1224 *envio aos Conselheiros do documento de informes das ações da coordenação do mês de julho; item*  
1225 *2, plano de ação. O Conselheiro José Araújo lembrou que na meta 4, ação 4.1, que falava sobre a*  
1226 *Resolução 2012, lembrando que a 39/2010 também versava sobre o mesmo assunto e poderia estar*  
1227 *incluída; item 4.3.2: “Fazer um estudo sobre a celebração de contratos e modalidades de gestão*  
1228 *possíveis no âmbito do SUAS.” Lembrou que na Comissão haviam definido que se faria um*  
1229 *levantamento do que já existia, as fundações que prestavam serviços de Assistência Social, as*  
1230 *entidades contratadas para saber esse tipo de modalidade que já estava em uso, até para balizar o*  
1231 *estudo. Observou que no item 4.4, “Análise sobre o artigo 11” era “análise do artigo 11”. A*  
1232 *Conselheira Marisa agradeceu ao Conselheiro José Araújo pela contribuição, indagou se*  
1233 *concordava que onde estava “fazer um estudo sobre a celebração de contratos na modalidade de*  
1234 *gestões possíveis”, fosse trocado por “gestões existentes”, o que foi acordado. A Conselheira*  
1235 *Simone falou para o Conselheiro José Araújo as modalidades que existiam, e que ele estava se*  
1236 *referindo não exatamente ao formato do acordo e sim mais ao tipo da entidade. Que como se tratava*  
1237 *da gestão, era muito mais para terem conhecimento dos formatos legais que se instituíram dentro do*  
1238 *SUAS, entendendo que o que estava escrito era correto, com o adendo colocado pela Conselheira*  
1239 *Marisa também não interferia no conteúdo. O Conselheiro Edivaldo indagou sobre a meta 3 sobre*  
1240 *acessibilidade, que não estava muito clara, embora na alínea b falasse de acesso ao Sistema da*  
1241 *Rede SUAS, indagando à Comissão se havia no plano ou outro instrumental, que discutisse a*  
1242 *acessibilidade nos equipamentos do SUAS. A Conselheira Simone concordou com o Conselheiro*  
1243 *Edivaldo, tendo colocado o item 3.1 debater o tema acessibilidade e acesso às pessoas com*  
1244 *deficiência aos serviços e benefícios, e as letras a, b, c, d, como se s fossem os tópicos, faltando as*  
1245 *unidades de CRAS, CREAS. Esclareceu que infelizmente tinham até esse momento somente o*  
1246 *IDCRAS, e com certeza avançariam na construção do Indicador do CREAS e do Centro POP,*  
1247 *devendo se colocar as unidades. A Conselheira Marisa indagou ao Conselheiro Edivaldo se*  
1248 *contemplava colocar no item b: “Elaboração de mecanismos para o acesso à informação do*  
1249 *sistema da Rede SUAS e aos equipamentos do SUAS”, sendo acordada essa inclusão. O Conselheiro*  
1250 *José da Cruz concordava que a Comissão também deveria pautar os trabalhadores com deficiência*  
1251 *que estavam no Sistema. O Conselheiro Charles observou que essa redação caberia melhor na letra*  
1252 *c, onde falava de acessibilidade das pessoas com deficiência nos equipamentos do SUAS, nas*  
1253 *conferências e espaços de controle social, incluindo todos os usuários, inclusive os trabalhadores. A*  
1254 *Conselheira Simone retirou sua inscrição, por não ter havido consenso na bancada. A Conselheira*  
1255 *Marisa indagou se havia consenso nas colocações do Conselheiro Charles, o que foi acordado.*  
1256 Prosseguindo, a Presidenta passou à aprovação do item 2, sobre o plano de ação da Comissão de  
1257 Normas da Assistência Social do Conselho Nacional de Assistência Social, o que foi acordado pelo  
1258 Pleno.Indagou aos Conselheiros se havia alguma consideração sobre o formulário anexo. Em não  
1259 havendo nenhuma colocação, a Presidenta considerou aprovada a utilização do formulário para  
1260 apreciação. Item 4 – Encaminhamentos da reunião, o envio por *e-mail* de ofício para os  
1261 Conselheiros, a solicitação à SNAS de orientações técnicas sobre a Resolução 27 e a pauta do mês

1262 de setembro. A Presidenta indagou se havia algum questionamento quanto ao item. Em não  
1263 havendo, considerou aprovada pelo Pleno a memória da reunião da Comissão de Normas. Item  
1264 **Relato da reunião da Comissão de Políticas da Assistência Social**, pelo Coordenador José da  
1265 Cruz, que agradeceu à coordenação adjunta, Conselheira Meive Ausônia e os demais Conselheiros  
1266 da Comissão de Políticas pelo rico debate realizado na reunião do dia 14 e que trazia para o Pleno  
1267 uma sugestão de um plano de ação de trabalho: “*Relato da memória de reunião da Comissão de*  
1268 *Políticas, realizada no dia 14/08/12, das 13h às 18h, na sede deste Conselho. Conselheiros*  
1269 *presentes: Conselheiro José Ferreira da Cruz; Meive Ausônia Piacesi; Anderson Lopes Miranda;*  
1270 *Edivaldo da Silva Ramos; Jane Pereira Clemente; Luziele Maria de Souza Tapajós. Márcia de*  
1271 *Carvalho Rocha; Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria; Maria do Socorro Fernandes*  
1272 *Tabosa; Nilsia Lourdes dos Santos. Ausências justificadas: Dário Frederico Pasche. Ouvintes da*  
1273 *nossa reunião: Juliana Santos Andrade; Juliane Feijó; Lucitânia Gomes Oliveira; Marlene*  
1274 *Merisse. Da Secretaria-Executiva do Conselho: Maria Auxiliadora Pereira; Carolina Ribeiro; Ana*  
1275 *Tereza Gomes; Maria Antonia Pereira Valente e Rosiely Bonfim. 1) Discussão da proposta de*  
1276 *plano de ação da Comissão de Políticas da Assistência Social. A partir dos temas prioritários*  
1277 *elencados pela Comissão de Políticas e, considerando outras atribuições inerentes a essa*  
1278 *Comissão, foi discutido o Plano de Ação da Comissão de Política para o período de 2012/2014.*  
1279 *Abaixo, apresentamos as metas e respectivas ações e estratégias do referido Plano: META 1:*  
1280 *Exercer o controle social da política de assistência social por meio do acompanhamento e da*  
1281 *avaliação do SUAS. Ações/estratégias: 1.1. Coordenar o debate das propostas de revisão da*  
1282 *NOB/SUAS no âmbito do CNAS. a) Debate da proposta de revisão da NOB/SUAS por temas para*  
1283 *posterior apresentação à Plenária do CNAS. 1.2. Acompanhar a estruturação da Vigilância*  
1284 *Socioassistencial do SUAS dos Estados, Municípios e Distrito Federal. a) Desenvolvimento, no*  
1285 *âmbito dos conselhos de Assistência Social, de uma rotina de acompanhamento e fiscalização da*  
1286 *produção de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que*  
1287 *incidem sobre famílias e indivíduos, para que os mesmos possam cumprir seu papel de controle*  
1288 *social. 1.3. Acompanhar os resultados da implementação do Protocolo de Gestão Integrada de*  
1289 *serviços, benefícios e transferência de renda. a) Desenvolvimento, no âmbito dos conselhos de*  
1290 *Assistência: Social, de rotina de acompanhamento e fiscalização da implementação do Protocolo*  
1291 *Gestão Integrada de serviços, benefícios e transferência de renda. 1.4. Acompanhar e monitorar o*  
1292 *Plano do Pacto de Aprimoramento de Gestão Estadual e do Distrito Federal do SUAS - 2011/2014*  
1293 *a) Desenvolvimento, no âmbito dos conselhos estaduais e do Distrito Federal, de rotina de*  
1294 *acompanhamento e fiscalização da implementação do Pacto de Aprimoramento de Gestão Estadual*  
1295 *e do Distrito Federal do SUAS. 1.5. Acompanhar a utilização dos recursos do IGD/SUAS e IGD*  
1296 *Bolsa Família. a) Acompanhamento e análise do IGD/SUAS como instrumento de aferição da*  
1297 *qualidade da gestão do SUAS na implementação, execução e monitoramento dos serviço,*  
1298 *programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na sua articulação Intersetorial.*  
1299 *1.6. Fazer gestão junto aos Conselhos de Assistência Social para que os órgãos coordenadores da*  
1300 *política de assistência social criem uma secretaria exclusiva de assistência social no âmbito dos*  
1301 *Estados, municípios e Distrito Federal. a) Demonstração ao órgão gestor da importância de se ter*  
1302 *uma secretaria exclusiva (Comando Único) para a política de assistência social, considerando que*  
1303 *o reordenamento institucional contribuirá para o fortalecimento do SUAS em âmbito local. 1.7.*  
1304 *Promover o debate do vínculo das entidades de assistência social ao SUAS. a) Reconhecimento das*  
1305 *entidades de assistência social como parceiras estratégicas e co-responsáveis pela efetiva garantia*  
1306 *de direitos sociais. 1.8. Acompanhar e monitorar a expansão e qualificação dos CRAS. a)*  
1307 *Acompanhamento e análise da expansão qualificada dos CRAS e das metas de desenvolve*  
1308 *conforme o CRAS. 1.9. Acompanhar e fiscalizar a qualidade dos serviços ofertados pelos CRAS de*

1309 *acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e outras normativas. a)*  
1310 *Disseminação de orientações sobre os CRAS para os conselhos de assistência social, visando o*  
1311 *fortalecimento da cultura do planejamento da execução do Controle Social. 1.10. Acompanhar a*  
1312 *implementação do Programa ACESSUAS TRABALHO, conforme prevê a Resolução CNAS nº*  
1313 *18/12. a) Acompanhamento da garantia da integração de indivíduos e famílias ao mundo do*  
1314 *trabalho, por meio de ações de proteção social que viabilizem a promoção do protagonismo, a*  
1315 *participação cidadã, a mediação do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social para a*  
1316 *construção de estratégias coletivas. 1.11. Acompanhar e monitorar a expansão e qualificação dos*  
1317 *CREAS. 1.12. Acompanhar e fiscalizar a qualidade dos serviços executados pelos CREAS e CREAS*  
1318 *regionais de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e outras*  
1319 *normativas. a) Disseminação de orientações sobre os CREAS e CREAS regionais para os*  
1320 *Conselhos de assistência social, visando o fortalecimento da cultura do planejamento da execução*  
1321 *do Controle Social. 1.13. Discutir a contextualização da situação atual do Trabalho Infantil e*  
1322 *reavaliar as políticas públicas para o seu enfrentamento, especificamente, da Assistência Social. a)*  
1323 *Promoção de debate para avaliação do PETI e das ações Intersetoriais visando a retirada de*  
1324 *crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de*  
1325 *aprendiz a partir de 14 anos. 1.14. Avaliar os programas e serviços voltados Rara a população em*  
1326 *situação de rua – impactos sociais do cofinanciamento, ciclos de vida, entre outros. a)*  
1327 *Acompanhamento e avaliação do atendimento especializado à população em situação de rua por*  
1328 *meio de serviços especializados e benefícios para esse público. 1.15. Acompanhar e fiscalizar a*  
1329 *qualidade dos serviços executados pelos Centros POP de acordo com a Tipificação Nacional dos*  
1330 *Serviços Socioassistenciais e outras normativas. a) Disseminação de orientações sobre os Centros*  
1331 *POP para os conselhos de assistência social, visando o fortalecimento da cultura do planejamento*  
1332 *da execução do Controle Social. 1.16. Orientar os CAS para efetivação da Resolução CNAS nº 27.*  
1333 *- a) Disseminação de orientações aos conselhos de assistência social sobre a caracterização das*  
1334 *ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos, visando o fortalecimento da cultura do*  
1335 *1.17. Acompanhar e monitorar a implementação das Resoluções CNAS nº 33, 34 e 35. a)*  
1336 *Acompanhamento e disseminação de orientações sobre requisitos básicos para as ações de*  
1337 *promoção da integração ao mundo do trabalho: no âmbito da assistência social, definidos na*  
1338 *Resolução 33/11 e sobre a habilitação e reabilitação no campo da assistência social que se realiza*  
1339 *por meio de programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais tipificados, definidos na*  
1340 *Resolução CNAS Nº 34/12. 1.18. Acompanhar e fiscalizar a implementação dos Centros Dia de*  
1341 *Referência e Residências Inclusivas. a) Acompanhamento e disseminação de orientações sobre a*  
1342 *instalação de Centros-Dia de Referência e Residências Inclusivas para oferta de serviços para*  
1343 *redução e prevenção das situações de vulnerabilidade, risco pessoal e social por violação de*  
1344 *direitos aos quais famílias e indivíduos estão expostos em decorrência do ciclo de vida, das*  
1345 *situações de extrema pobreza, deficiência, violência, dentre outras, com vistas à dignidade*  
1346 *humana, promoção da autonomia, fortalecimento de vínculos e apoio às famílias no seu papel*  
1347 *protetivo. Meta 2: Priorizar o debate e a regulamentação da organização da gestão do trabalho no*  
1348 *SUAS e valorização de seus trabalhadores. Ações/estratégias: 2.1. Acompanhar a implantação da*  
1349 *Gestão do Trabalho no SUAS. a) Definição de mecanismos para o aprimoramento da gestão do*  
1350 *trabalho e da melhoria da qualidade da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais. 2.2.*  
1351 *Discutir o texto da Política Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS. a)*  
1352 *Institucionalização do processo de educação permanente no âmbito do SUAS. 2.3. Reconhecer os*  
1353 *trabalhadores de nível médio e fundamental do SUAS. a) Participação da Comissão de Política do*  
1354 *CNAS no processo de discussão para o reconhecimento dos trabalhadores de nível médio e*  
1355 *fundamental no SUAS. 2.4. Acompanhar o processo de instalação da Mesa Nacional de*

1356 *Negociações do SUAS, entre outros aspectos relevantes da Norma Operacional Básica de RH do*  
1357 *SUAS. a) Solicitação ao MDS da instalação da Mesa Nacional de Negociação do SUAS, após o*  
1358 *reconhecimento dos trabalhadores de nível médio e fundamental do SUAS. 2.5. Acompanhar e*  
1359 *monitorar o processo de desenvolvimento do programa Nacional de Capacitação do SUAS -*  
1360 *CapacitaSUAS. a) Análise da evolução do Programa Capacita SUAS a partir das pactuações*  
1361 *anuais aprovadas pelo CNAS. 2.6. Acompanhar e monitorar a Rede Nacional de Instituições de*  
1362 *Ensino Superior - IES de Capacitação e Educação Permanente do SUAS. a) Acompanhamento da*  
1363 *instituição da Rede Nacional de IES de Capacitação e Educação Permanente do SUAS. 2.7.*  
1364 *Elaborar proposta de inclusão na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos*  
1365 *NOB/RH/SUAS da garantia das condições de acessibilidade para os trabalhadores do SUAS com*  
1366 *deficiência, para o desempenho de suas funções. a) Revisão da NOB-RH/SUAS, visando incorporar*  
1367 *os avanços conquistados na gestão do trabalho. 2.8. Dar continuidade ao processo de capacitação*  
1368 *dos conselheiros estaduais, municipais e do Distrito Federal a partir do material já produzido pela*  
1369 *Secretaria de avaliação e Gestão da Informação - SAGI, visando incluir no Programa*  
1370 *CapacitaSUAS. a) Qualificação continuada dos conselheiros, em consonância com a NOB-*  
1371 *RH/SUAS. 2.9. Debater o controle social da gestão do trabalho no SUAS. a) Potencializar espaços*  
1372 *de discussão sobre a gestão do trabalho no SUAS por meio dos Conselhos Estaduais e do Distrito*  
1373 *Federal de Assistência Social. b) Criação, no âmbito do CNAS, de espaços, de discussão para que*  
1374 *a representação dos trabalhadores do CNAS possam pautar temas relacionados à gestão do*  
1375 *trabalho no SUAS, visando acompanhar sua implementação em âmbito nacional. 2.10. Incentivar o*  
1376 *debate no âmbito dos Conselhos de Assistência Social sobre a importância da criação, pelo órgão*  
1377 *gestor, da estrutura da Gestão: do Trabalho do SUAS no âmbito da gestão. a) Demonstração ao*  
1378 *órgão gestor da importância da estruturação da gestão do trabalho no SUAS, de forma a valorizar*  
1379 *seus trabalhadores, o trabalho social necessário e potencializar e a prestação de serviços de*  
1380 *qualidade ao usuários do SUAS. META 3: zelar pela efetivação do Sistema Único de Assistência*  
1381 *Social - SUAS assegurando a efetiva participação e o controle social da política de assistência*  
1382 *social. Ações/estratégias: 3.1. Coordenar o processo de monitoramento das deliberações da VIII*  
1383 *Conferência Nacional de Assistência Social. a) Monitoramento das deliberações da VIII*  
1384 *Conferência Nacional de Assistência Social em ação conjunta da Secretaria Executiva, dos*  
1385 *Coordenadores das Comissões Temáticas e da Presidência do CNAS. 3.2. Monitorar as moções da*  
1386 *VIII Conferência Nacional de Assistência Social relacionadas à Comissão de Política. a)*  
1387 *Monitoramento das Moções da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, visando dar*  
1388 *publicidade dos resultados desses encaminhamentos. 3.3. Iniciar os debates sobre a IX Conferência*  
1389 *Nacional de Assistência Social. a) Definição de ações prioritárias para a realização do processo de*  
1390 *conferências de Assistência Social em 2013. Meta 4 - Desenvolver agenda intersetorial com*  
1391 *gestores e conselhos setoriais e de defesa de direitos para debater e acompanhar temas prioritários*  
1392 *na agenda do governo federal que fortalecem a efetivação do suas. Ações/estratégias: 4.1.*  
1393 *Acompanhar e monitorar as ações da Assistência Social no Plano Brasil Sem Miséria e na ação*  
1394 *Brasil Carinhoso a) Reafirmação da centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no*  
1395 *Brasil, considerando seu papel de assegurar os direitos socioassistenciais. b) Acompanhamento e*  
1396 *avaliação da atuação e o desempenho da assistência social no Plano sem Miséria, por meio da*  
1397 *análise dos resultados da busca 'ativa de famílias localizadas em áreas com maiores índices de*  
1398 *vulnerabilidade e risco social e pessoal, do cadastramento e da expansão das redes de proteção*  
1399 *social básica e especial do SUAS. 4.2. Acompanhar e monitorar ações da Assistência: Social no*  
1400 *Plano Integrado de Enfrentamento do Crack e outras drogas: Crack, é possível vencer. a)*  
1401 *Acompanhamento e avaliação das ações de prevenção ao uso de crack e outras drogas em*  
1402 *territórios de vulnerabilidade social desenvolvidas nos CRAS por meio dos seus serviços. b)*

1403 *Acompanhamento e avaliação das ações integradas para a atenção a situações de risco pessoal e*  
1404 *social associadas ao uso/dependência de crack: e outras drogas nos CREAS por meio dos seus*  
1405 *serviços e no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. 4.3. Acompanhar e monitorar as*  
1406 *ações da Assistência Social no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem*  
1407 *Limite. a) Avaliação da inclusão das pessoas com deficiência ao mundo do trabalho, na escola e na*  
1408 *sociedade, considerando suas necessidades específicas, por meio do acompanhamento do BPC -*  
1409 *Programa BPC Escola, BPC Trabalho, Centro Dia e Residência Inclusiva e Serviço de cuidado no*  
1410 *domicílio. 4.4. Debater ações da Assistência Social no Sistema Nacional de Atendimento*  
1411 *Socioeducativo – SINASE. a) Fortalecimento da Rede de Proteção Social e do Sistema de Garantia*  
1412 *de Direitos visando afiançar as seguranças socioassistenciais na perspectiva da proteção social,*  
1413 *por meio da articulação entre as políticas. 4.5. Debater Internação Compulsória de Crianças e*  
1414 *Adolescentes em Situação de Rua e Usuários de Substâncias Psicoativas - Toque de Recolher a)*  
1415 *Fortalecimento da Rede de Proteção Social e do Sistema de Garantia de Direitos visando afiançar*  
1416 *as seguranças socioassistenciais na perspectiva da proteção social, por meio da articulação entre*  
1417 *as políticas. 4.6. Debater Depoimento sem Dano. a) Fortalecimento da Rede de Proteção Social e*  
1418 *do Sistema de Garantia de direitos. 4.7. Debater Impacto social de grandes obras e grandes*  
1419 *eventos. a) Fortalecimento da Rede de Proteção Social e do Sistema de Garantia de direitos.*  
1420 *Encaminhamentos: - Enviar o Plano de Ação aos integrantes da Comissão. - Pautar na reunião da*  
1421 *Comissão de setembro os seguintes temas: • Socialização e validação dos responsáveis e prazos do*  
1422 *Plano de Ação da Comissão de Política; Apresentação, pela SAGI e SNAS, dos critérios*  
1423 *estabelecidos para a instituição da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do*  
1424 *SUAS e o resultado do processo. José da Cruz – Coordenador da Comissão de Política de*  
1425 *Assistência Social.” Registrou que a Comissão se havia reunido nessa data, terminando quase*  
1426 *21h30, considerando a continuação das discussões, relatando o que havia acontecido e sugerindo*  
1427 *pautar nova reunião para socializar, aprimorar e validar o plano de ação na próxima reunião. A*  
1428 *Presidenta indicou o item, plano de ação da Comissão de Política,parabenizando à equipe e ao*  
1429 *Coordenador José da Cruz e à Coordenadora Adjunta Meive Ausônia pelo trabalho realizado. O*  
1430 *Conselheiro Edivaldo observou que um dos pontos discutidos não havia sido inserido no relatório,*  
1431 *indicando o item 1.6, de que os órgãos gestores da política no âmbito estadual e municipal do*  
1432 *Distrito Federal assumissem uma denominação que melhor identificasse a Política de Assistência*  
1433 *Social. Que haviam discutido que essa ideia fosse estendida para o âmbito federal, visto ter um*  
1434 *Ministério que executava a Política de Assistência Social, sugerindo fosse retomado o nome de*  
1435 *Ministério de Assistência Social. A Conselheira Margareth indicou a meta 2, é 2.4, alínea a,*  
1436 *discorrendo sobre o fato de que a VIII Conferência havia dado um prazo de 120 dias para a*  
1437 *implantação da Mesa de Negociação, prazo que havia se esgotado e com os trabalhadores esperando*  
1438 *que a mesa se instalasse, com essa implantação sendo um ato de governo. Ponderou que como base*  
1439 *sindical, entendiam não haver nenhum impedimento de se instalar uma Mesa de Negociação por ser*  
1440 *um processo, indicando aquelas da Previdência do Ministério do Trabalho, do SUS, que passavam*  
1441 *por um processo que poderia ser revisto. Discordava da aprovação desse documento, que era*  
1442 *contrário às Resoluções, às deliberações da VIII Conferência. O Conselheiro José Araújo indagou*  
1443 *se na meta 1.18 estava incluído o Centro-Dia de Referência para idoso ou era só o de deficiente.*  
1444 *Solicitou à Conselheira Simone para se pensar em uma ação de pelo menos para se trabalhar no*  
1445 *sentido de ter Centros-Dia para pessoa idosas, nos mesmos moldes do projeto atual para os*  
1446 *deficientes. A Conselheira Leila indagou onde estava a adequação da tipificação em relação às*  
1447 *Resoluções 35, 33 e 34. A Conselheira Aldenora citou a na meta 4 – ação 7: “Debater impactos*  
1448 *sociais de grandes obras e grandes eventos.” Observando que como usuários e defensores da*  
1449 *reforma urbana, encontravam muitos problemas em função principalmente das grandes obras,*

1450 fazendo um trabalho casado de monitoramento junto à Relatoria Nacional de Direitos humanos,  
1451 trazendo a proposta de se convidar essa Relatoria para apresentar para o Pleno a situação que  
1452 observavam atualmente no Brasil, com a Presidenta informando que tratariam dessa solicitação. A  
1453 Conselheira Simone propôs que as questões levantadas fossem debatidas, voltando aos pontos  
1454 levantados. Indicou o ponto 3: *“Acompanhar os resultados da implementação do protocolo de*  
1455 *gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda.”* Que havia sido colocado:  
1456 *“Desenvolvimento no âmbito dos Conselhos, da rotina de acompanhamento e fiscalização da*  
1457 *implementação do protocolo.”* Que se poderia indicar a existência de, algumas ferramentas  
1458 informatizadas que poderiam colaborar com o acompanhamento dos resultados, citando algumas, as  
1459 quais eram capazes de fazer com que o Conselho Nacional, os Conselhos Estaduais e Municipais  
1460 identificassem se havia acontecido ou não a integração entre serviços e benefícios. Indicou a  
1461 proposta da Comissão de Política de coordenar o debate de revisão da NOBSUAS no âmbito do  
1462 CNAS, já havendo uma de debate da NOBSUAS por temas para posterior apresentação à Plenária  
1463 do Conselho. Que deveriam discutir essa questão, visto que na Comissão de Normas havia uma  
1464 proposta de que a pauta fosse pactuada com a CIT. Que também caberia se discutir o papel  
1465 coordenador da Comissão de Política, com esse debate trazendo mais clareza às demais  
1466 coordenações. Que gostaria de discutir o tópico 1.6, sobre fazer gestão junto aos Conselhos para que  
1467 os órgãos Coordenadores da Política de Assistência criassem uma Secretaria exclusiva no âmbito  
1468 dos estados, municípios e Distrito Federal, discorrendo sobre as demais atribuições das Secretarias  
1469 de Assistência Social nos estados e municípios, conforme dos dados do Censo, exemplificando com  
1470 a área da segurança alimentar e nutricional. Ressaltou que outro exemplo, puxado pelo Ministério e  
1471 FONSEAS era a discussão das medidas socioeducativas em meio fechado, com o debate atual  
1472 dificultando a compreensão da área da Assistência Social. A Conselheira Simone ponderou que era  
1473 importante discutir o assunto antes de se dizer como orientariam os Conselhos de Assistência  
1474 Social. Citou o item 2.7: *“Elaborar proposta de inclusão.”* Observando que o enunciado estava  
1475 correto, mas que a estratégia não era a revisão, mas sim a inclusão, revendo-se o que já existia.  
1476 Ressaltou haver um vazio na Norma Operacional de Recursos Humanos respeito à questão dos  
1477 trabalhadores com deficiência, devendo se criar uma normativa incluir nesse documento. Que outro  
1478 debate que deveriam realizar era a meta 3: *“Zelar pela efetivação do SUAS, assegurando a efetiva*  
1479 *participação e controle social da Política de Assistência Social.”* Que nessa meta, as suas ações e  
1480 estratégias tinham a ver com o acompanhamento e monitoramento das deliberações das  
1481 Conferências, não sabendo se tudo deveria ficar sob a responsabilidade da Comissão de Política,  
1482 tópico que merecia um debate. Que havia falado para a Presidenta que o Censo SUAS era um  
1483 instrumento de monitoramento e tinha tratado pouco das deliberações das Conferências. Destacou a  
1484 existência de orientações contrárias à deliberação de Conferências, o que era muito preocupante,  
1485 com a Comissão de Conselhos devendo acompanhar se os Conselhos Estaduais e Municipais  
1486 estavam seguindo as deliberações da Conferência, com o melhor instrumento para isso sendo o  
1487 Censo SUAS. Concluindo, a Conselheira Simone destacou suas colocações e que gostaria que o  
1488 Pleno considerasse a proposta de se debater algumas questões. A Presidenta destacou que o Pleno  
1489 estava aberto a fazer os debates apontados, e o aprofundamento de algumas questões. O Conselheiro  
1490 Anderson concordou com a Conselheira Aldenora de que já existia uma Comissão tratando do  
1491 assunto, sugerindo que fosse oficializado na SDH e trouxesse para o CNAS. Que na SDH existia  
1492 uma coordenação de um Comitê de políticas públicas para a população de rua e onde o MDS tinha  
1493 assento, devendo oficializar chamado para que essa coordenação viesse apresentar a política que  
1494 existia ou que estava em consonância. A Presidenta destacou que os encaminhamentos feitos  
1495 estavam sendo anotados. A Conselheira Meive observou que haviam colocado em discussão vários  
1496 aspectos do SUAS, mas que havia ponderado que tivessem uma discussão e uma apresentação do

1497 cenário geral da Política de Assistência no Brasil, devendo se abranger todos os programas, serviços  
1498 e benefícios que estavam sendo realizados. O Conselheiro Edivaldo concordou com as colocações  
1499 da Conselheira Simone, observando que a Comissão havia elaborado o plano apresentado, com o  
1500 objetivo de cumprir as metas de acordo com as ações e estratégias apresentadas. Não acreditava ser  
1501 necessário discutir os pontos apresentados, com a Comissão tomando nota e levando para discussão,  
1502 com a colaboração da Conselheira Simone. O Conselheiro Fábio acreditava que a Comissão, a  
1503 respeito de Centro-Dia e de residência inclusiva, estava se referindo ao aprovado no Pleno no  
1504 primeiro semestre e que estava em processo de implantação, mas que poderiam aprofundar o debate  
1505 sobre o Centro-Dia de Idoso. A Conselheira Léa Lúcia ponderou que no item 1.6, a discussão  
1506 colocada retratava o que queriam no país, a gestão da Assistência Social fortalecida, com  
1507 direcionamento claro dos princípios e diretrizes, para os Conselhos. Sugeriu que a redação fosse  
1508 alterada, pois não seria criando uma Secretaria exclusiva com o nome da Assistência Social que  
1509 atenderia os questionamentos, mas que teriam que dizer que queriam fazer gestão junto aos  
1510 Conselhos de Assistência Social para o fortalecimento dessa política e consolidasse o SUAS. A  
1511 Conselheira Maria do Socorro considerou muito proveitoso o debate na Comissão de Política, com  
1512 boa parte das contribuições que estavam sendo dadas estava na operacionalização, o que seria  
1513 observando quando vissem o plano por inteiro. A Conselheira Dóris ponderou que a participação  
1514 em todas as Comissões, para acompanhar os temas pertinentes era impossível, sendo preciso mais  
1515 tempo para conhecer as questões em pauta, principalmente para os novos Conselheiros, o que se  
1516 tornaria mais difícil se o debate não fosse realizado. A Presidenta concordou com essa colocação,  
1517 observando que as apresentações das Comissões traziam essa visão do todo e com a Secretaria-  
1518 Executiva trabalhando para que isso acontecesse. A Conselheira Leila observou que na Presidência  
1519 Ampliada haviam decidido fazer uma apresentação em um formato de metas, ação e estratégia para  
1520 facilitar a apresentação dos planos e poder atender a demanda existente. Que considerando a  
1521 densidade desse e de outros planos, havia faltado esse olhar da operacionalização, que traria essa  
1522 discussão de aprofundamento, conforme colocado pela Conselheira Simone. Observou que a  
1523 Comissão de Política era estruturante da Política Nacional de Assistência Social, se relacionando  
1524 com todas as demais, com a Presidência Ampliada tendo que ter mais cuidado ao tratar desses  
1525 conteúdos. Encontrava muito oportunas as falas dos Conselheiros, assim como o encaminhamento  
1526 dado pela Presidenta. Aparteando, o Conselheiro Anderson comunicou que se retiraria, sendo  
1527 substituído por seu suplente. A Presidenta destacou a riqueza do debate trazido pelas Comissões,  
1528 abordando a política e o controle social, sendo essa a missão dos Conselheiros. O Conselheiro  
1529 Charles falou sobre os procedimentos realizados pelas Comissões, sendo uma etapa dentro do  
1530 processo do Conselho. Que não havia como debater nesse momento, com o planejamento sendo  
1531 discutido ao longo do tempo, com a análise do cenário, conforme sugerido pela Conselheira Meive,  
1532 devendo entrar como uma estratégia dentro da ação 1.1. A Conselheira Simone, concordando com a  
1533 fala do Conselheiro Edivaldo, falou sobre o que lhe havia chamado a atenção, indicando o item 1.6,  
1534 sobre a criação de uma Secretaria exclusiva, mas com o SUAS requerendo uma grande atenção por  
1535 parte do Conselho, tendo que ter mais clareza de qual o modelo adequado, com a intersectorialidade  
1536 sendo o grande desafio. Encontrava que apenas a apresentação da Comissão, conforme o tema, não  
1537 contemplaria o Pleno, requerendo muito debate e outras ações até indicar o caminho correto. A  
1538 Presidenta concordou com as colocações, haja vista a importância dos temas na condução do  
1539 desenvolvimento da Política de Assistência Social, ressaltando a importância dessa Comissão. A  
1540 Conselheira Cláudia concordou com a Conselheira Dóris sobre a importância para os novos  
1541 Conselheiros de participar desse momento e ter a visão dos planos de ação das Comissões, tendo  
1542 anotado os principais pontos colocados e que na próxima reunião da Comissão de Normas gostaria  
1543 de entender qual o melhor procedimento para ser seguido, destacando a importância da Secretaria-

1544 Executiva para subsidiar com os documentos na íntegra, antecipadamente, para poder contribuir de  
1545 forma mais qualificada. A Conselheira Léa propôs, na meta 1, ação 1.3, alterar o termo “já  
1546 utilizadas no SUAS” por “já existentes no SUAS”, e na meta 2, 2.7, “Incorporação dos avanços  
1547 conquistados na gestão do trabalho na NOBRH-SUAS.” A Presidenta observou no item 1.6, nova  
1548 redação no sentido do fortalecimento da Assistência Social. A seguir, submeteu ao Pleno a fala da  
1549 convidada, Sra. Marlene Merisse, com a Conselheira Margareth questionando o tema a ser colocado  
1550 e o Conselheiro José da Cruz registrando, fosse feita a leitura do Regimento Interno sobre a questão.  
1551 Após essa leitura a Sra. Marlene Merisse, informou a realização no dia 30 de junho na reunião do  
1552 Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, onde havia sido debatida a necessidade de instalação  
1553 imediata da Mesa de Negociação, questionando se não haveria a possibilidade de concomitância da  
1554 instalação dos trabalhos para a formatação da Mesa de Negociação, enquanto se definia os  
1555 trabalhadores de nível médio. O Conselheiro José da Cruz falou sobre a importância do  
1556 planejamento e o fato de não ser rígido, podendo ser revisto a cada reunião, sendo muito bem  
1557 vindas as sugestões aportadas, passando a responder as questões colocadas. Falou como o item 1  
1558 havia sido desenhado para atender a revisão da NOBSUAS, e como a operacionalização estava  
1559 sendo organizada, de acordo ao serviço necessário. a gente já tentou fazer um desenho dos temas  
1560 conforme a NOBSUAS está sendo organizada, pautando a NOB de gestão e financiamento, a NOB  
1561 de regionalização, da qualificação dos serviços, mas que esse debate seria feito nas demais  
1562 Comissões. No item 1.3, já havia colocado durante a discussão, várias questões na  
1563 operacionalização, como o levantamento de acordo com o Censo, mas tendo agregado todas as  
1564 sugestões dadas e utilização de todos os instrumentos de gestão. Concordou com as sugestões dos  
1565 Conselheiros no ponto 6, com a preocupação da Comissão de Política sendo fortalecer a Assistência  
1566 Social, fortalecendo o SUAS. Que haviam colocado como operacionalização ter um levantamento  
1567 dos órgãos Coordenadores do Sistema sobre todos seus dados, tendo um cenário atual da Política de  
1568 Assistência Social e se fazer esse debate, destacando a importância do o Censo SUAS para  
1569 fortalecer essa discussão. Indicou que na operacionalização do item 1.17, que tratava das  
1570 Resoluções 33, 34 e 35, estava pautada a revisão a ser feita na tipificação para atender ao que o  
1571 CNAS havia determinado por meio dessas normas, não se tratando de rever a Norma Operacional  
1572 Básica de Recursos Humanos. Quanto aos itens da meta 2, da gestão do trabalho e da valorização  
1573 desses trabalhadores, estavam fazendo a correção, considerando a importância do reconhecimento  
1574 do nível médio e fundamental, retirando o termo “após” e deixando “Solicitação MDS da  
1575 instalação da Mesa de Negociação” solicitando ao Ministério que cumprisse as deliberações  
1576 colocadas para a instituição da Mesa de Negociação dos trabalhadores do SUAS. O Conselheiro  
1577 José da Cruz observou que a Comissão acolhia a ação de contribuir com a revisão do item sobre o  
1578 Censo dos Conselhos, podendo ser uma agenda conjunta com a Comissão de Conselhos, incluindo  
1579 as questões relativas às deliberações das Conferências. Observou que as orientações que os  
1580 Conselhos Estaduais vinham fazendo nos seus estados e que contrariavam as deliberações desse  
1581 Pleno, que deveriam ser pontos de pauta na Comissão de Política. Relatou que na meta 4, na  
1582 operacionalização, estava registrada a articulação com a Secretaria Especial de Direitos Humanos,  
1583 tendo sido feitas discussões com o CONANDA, sobre várias questões, inclusive o impacto de  
1584 grandes obras e de grandes eventos, com todas as metas colocadas tendo articulação intersetorial.  
1585 Informou que após a inclusão de todas as contribuições, na próxima reunião, todos os Conselheiros  
1586 teriam acesso ao planejamento da Comissão de Política, estando aberto a contribuições dos  
1587 membros do CNAS. Complementando, a Conselheira Meive propôs que permanecesse a ação da  
1588 análise do cenário por ser no item 1, avaliação do SUAS, e que se distribuíria entre a vigilância, o  
1589 protocolo, o pacto de aprimoramento, o IGD, os CRAS, CREAS, discorrendo sobre a importância  
1590 dessas ações e como seriam analisadas. Colocou que deveriam perceber, dentro da Comissão de

1591 Política o enunciado de ações nas quatro metas e se estaria faltando algum tema, questionando,  
1592 também qual a priorização a ser dada a cada assunto e à operacionalização, visto as ações que  
1593 demandariam. O Conselheiro Wagner indicou o item 4.4, informando que em janeiro havia saído a  
1594 Lei do SINASE, que não falava na Assistência, sendo importante que dentro da agenda com as  
1595 Secretarias de Direitos Humanos ou o CONANDA, se reforçasse essa discussão. A Conselheira  
1596 Maria Aparecida citou o item 2.4, sobre a solicitação ao MDS da imediata instalação da Mesa  
1597 setorial de negociação do SUAS, desdobrando com a estratégia b, de identificação e  
1598 reconhecimento dos trabalhadores de nível médio e fundamental do SUAS pelo CNAS. O  
1599 Conselheiro José Araújo ponderou que falar em Centro-Dia e não dizer para quem se destinava  
1600 poderia criar confusão, devendo se especificar quando era para pessoas com deficiência ou do  
1601 idoso. A Presidenta indagou se havia mais alguma colocação. Em não havendo considerou  
1602 aprovado o plano de ação da Comissão de Política, com seus encaminhamentos aportados na página  
1603 7. A Presidenta destacou o importante trabalho realizado pelo CNAS e que repercutiria  
1604 favoravelmente, agradecendo, também o trabalho da Secretaria-Executiva. A Conselheira Simone  
1605 observou que a discussão do regimento requeria quorum qualificado, solicitando que fosse feita essa  
1606 verificação. **INTERVALO.** Após um pequeno intervalo, a Presidenta informou que o Conselho  
1607 Fiscal havia aprovado as contas do Fundo Solidário e que seria entregue aos Conselheiros, passando  
1608 ao **Item Relato da Presidência Ampliada:** *“Memória da Reunião da Presidência Ampliada,*  
1609 *realizada em 14/08 das 18h30 às 21h30. Conselheiros integrantes da Presidência Ampliada:*  
1610 *Luziele Maria de Souza Tapajós – Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social;*  
1611 *Conselheira Leila Pizzato, Vice-Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social; José*  
1612 *Ferreira da Cruz – Coordenador da Comissão de Política de Assistência Social; Volmir Raimondi*  
1613 *– Coordenador da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; Margareth*  
1614 *Alves Dallaruvera – Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de*  
1615 *Assistência Social; Marisa Rodrigues da Silva – Coordenadora da Comissão de Normas de*  
1616 *Assistência Social. Secretaria-Executiva: Maria de Mercês Avelino de Carvalho – Secretaria-*  
1617 *Executiva do CNAS; Silvani Souza – Assessora do gabinete do CNAS; Thaís Pereira Braga –*  
1618 *Assessora do CNAS; Maria do Socorro Fernandes Tabosa – Assessora do gabinete do CNAS;*  
1619 *Thalita Coelho – Assessora do gabinete do CNAS. 1) Procedimentos referentes à autorização de*  
1620 *pesquisas, tratamento de convites e representação do CNAS e outros. Encaminhamentos: A*  
1621 *Presidência Ampliada solicita a Secretaria Executiva que formule ordens de serviço para*  
1622 *disciplinar os seguintes procedimentos: a) Referentes a convites para representação do Conselho*  
1623 *Nacional de Assistência Social em eventos diversos, a Secretaria Executiva deverá observar os*  
1624 *objetivos do evento, público alvo, tipo do evento, natureza, relevância e prazo de recebimento do*  
1625 *convite. b) Referentes à autorização de pesquisas e consultas, no âmbito do Conselho Nacional de*  
1626 *Assistência Social - CNAS, para estudantes de instituição de ensino superior e demais instituições*  
1627 *educacionais, considerando que uma vez concedida a autorização para pesquisa, o interessado*  
1628 *deverá assinar um termo de responsabilidade, comprometendo-se com a fidelidade das informações*  
1629 *prestadas e/ou coletadas, e após conclusão de seu trabalho, com o encaminhamento de cópia do*  
1630 *relatório final, como forma de devolutiva ao CNAS; a Secretaria Executiva fará o monitoramento*  
1631 *do andamento da pesquisa. c) Quanto às vedações explícitas no art. 52 da Portaria MOS n2*  
1632 *224/2012, em observância às normas de segurança da informação no âmbito do Ministério do*  
1633 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Essa é uma ordem de serviço muito vinculada aqui à*  
1634 *questão organizacional mesmo do CNAS como setor ligado à Secretaria Nacional de Assistência*  
1635 *Social. 2) Regimento interno: Composição e horário da realização das reuniões das Comissões*  
1636 *Temáticas e Presidência Ampliada. A Presidência Ampliada sugere que três comissões sejam*  
1637 *compostas por quatro conselheiros titulares e quatro suplentes e uma comissão seja formada por*

1638 seis conselheiros titulares e seis suplentes, propiciando a reunião simultânea das quatro Comissões  
1639 em um mesmo horário. A Presidência Ampliada propõe alteração do regimento interno conforme  
1640 minuta anexa. 3) Arquivamento de denúncia com base no artigo 6º da Resolução CNAS número  
1641 4/2011. A Resolução CNAS número 4 fala que será indicado, diz que será indicado o arquivamento  
1642 da denúncia, claro, caso a comunicação de ato ou fato não esteja acompanhada de elementos que  
1643 justifiquem a apuração por parte do CNAS. Parágrafo único: a Presidência Ampliada decidirá  
1644 sobre o arquivamento ou indicará outro parecido cabível na forma dos incisos II a V do artigo  
1645 anterior. Há duas manifestações com despacho fundamentado e assinados pela Presidência do  
1646 CNAS, gestão 2010-2012 com indicação de arquivamento com base no artigo 6º da Resolução  
1647 CNAS número 4/2011 para apreciação dessa Presidência Ampliada. Encaminhamento: A  
1648 Presidência Ampliada apreciou as duas manifestações e concluiu que não tem características de  
1649 denúncia, de acordo com a Resolução CNAS número 04/2011. Serão enviadas respostas aos  
1650 interessados informando sobre o arquivamento, com base nas legislações vigentes desse CNAS. 4)  
1651 Resposta do Presidente da Câmara dos Deputados em razão da moção: Apoio à jornada de  
1652 trabalho sem redução salarial para todos os trabalhadores do SUAS, aprovada na VIII  
1653 Conferência Nacional de Assistência Social. O Presidente da Câmara dos Deputados Marco Maia  
1654 enviou ao CNAS o ofício 1274/2012 em atenção à moção de apoio à redução da jornada de  
1655 trabalho e valorização dos trabalhadores do SUAS remetida por esse Conselho àquela casa  
1656 legislativa, por meio do ofício 105/2012, MDS-CNAS, Presidência, informando que o expediente foi  
1657 publicado no Diário da Câmara dos Deputados como forma de divulgação, ou seja, a moção foi  
1658 divulgada pelo DOU. 5) Proposta de pauta 204ª Reunião Ordinária do CNAS, que vai ser realizada  
1659 nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2012, conforme anexo B.” Em não havendo nenhuma  
1660 consideração sobre o item 2, passou á leitura da minuta da “Resolução número X de 16 de agosto  
1661 de 2012. Altera o artigo 32 da Resolução número 06, de 09 de fevereiro de 2011, do Conselho  
1662 Nacional de Assistência Social, que aprova o regimento interno do CNAS. O Conselho Nacional de  
1663 Assistência Social no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XIV do artigo 18  
1664 da Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, resolve:  
1665 Artigo 1º: Art. 12 O art. 32 da Resolução número 6, de 9 de fevereiro de 2011, do Conselho  
1666 Nacional de Assistência Social, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 32. As Comissões  
1667 Temáticas serão compostas, em regra, por 4 (quatro) Conselheiros titulares e igual número de  
1668 suplentes, segundo suas afinidades com os temas das respectivas comissões, não se aplicando,  
1669 neste caso, a correspondência entre titulares e suplentes prevista no §21! do art. 4º deste  
1670 Regimento Interno. § 1º Uma Comissão Temática será composta per 6 (seis) Conselheiros titulares  
1671 e igual o número de suplentes, conforme o grau de prioridade da temática a ser definida na reunião  
1672 Plenária, que deliberara a composição das Comissões. § 2º A correspondência entre titulares e  
1673 suplentes na composição das Comissões Temáticas obedecerá a indicação da sociedade civil e do  
1674 governo. O § 2º tem nova redação: A correspondência entre titulares e suplentes na composição  
1675 das Comissões Temáticas obedecerá a indicação da sociedade civil e do governo. Artigo 2º - Essa  
1676 Resolução entra em vigor na data da sua publicação.” A Conselheira Leila esclareceu que os  
1677 representantes governamentais e da Sociedade Civil haviam discutido desde da reunião passada,  
1678 organizando-se o trabalho do Conselho nacional de uma forma mais efetiva. Que haviam proposto  
1679 na reunião anterior, nos dois seguimentos, de se fazer todas as Comissões pela manhã, e à tarde a  
1680 Presidência Ampliada, junto com as oficinas temáticas, com todos os Conselheiros tomando  
1681 conhecimento dos assuntos tratados. Que essa tarde seria coordenada pelos Coordenadores  
1682 Adjuntos das Comissões com pautas sugeridas e organizadas dentro das Comissões, mantendo a  
1683 Plenária na quarta e quinta-feira. Que havia discutido na Sociedade Civil que a Comissão de  
1684 Política deveria estar com seis representantes titulares e seis suplentes, mantendo a indicação dos

1685 nomes que a compunham atualmente, reordenando as Comissões de Conselho, Financiamento e  
1686 Normas para quatro integrantes, dois titulares e dois suplentes, deslocamos aqueles que estavam  
1687 com representação dupla e cujos nomes passaria para a Secretaria-Executiva. Esclareceu que  
1688 haviam mantido as coordenações como estavam, em Conselhos, em Comissão de Acompanhamento  
1689 de Conselhos e Comissão de Financiamento, colocando essa proposta. A Presidenta informou a  
1690 realização de discussão junto aos representantes governamentais do Conselho e que também  
1691 entendiam a importância desse reordenamento, que qualificava o debate pelas várias instâncias. Que  
1692 com a aprovação dos planos de ação tinham a oportunidade de acompanhar e vivenciar as ações de  
1693 todas as Comissões. A Conselheira Dóris falou sobre a necessidade de coordenação das oficinas,  
1694 com a Presidenta concordando com essa colocação. A seguir, a Presidenta passou à votação da  
1695 minuta de Resolução, com a Secretária-Executiva chamando os Conselheiros titulares e na  
1696 Titularidade: Conselheiro Fábio Moassab Bruni: “Pela aprovação”. Conselheiro Wagner Santana:  
1697 “Pela aprovação”. Conselheira Simone Albuquerque: “Pela aprovação”. Conselheiro Volmir  
1698 Raimondi: “Pela aprovação”. Conselheira Fátima Rampin: “Pela aprovação”. Conselheira Maria  
1699 Aparecida Godoi de Faria: ”Pela aprovação”. Conselheira Márcia de Carvalho Rocha: “Pela  
1700 aprovação”. Conselheira Léa Braga: “Pela aprovação”. Conselheira Leila Pizzato: “Pela aprovação  
1701 regimental”. Conselheira Jane Clemente: “Pela aprovação”. Conselheira Margareth Dallaruvera:  
1702 “Pela aprovação”. Conselheiro José da Cruz: “Pela alteração do Regimento Interno do Conselho  
1703 Nacional”. Conselheira Marisa Rodrigues: “Pela aprovação”. Conselheira Meive Ausônia: “Pela  
1704 aprovação”. Conselheira Aldenora Gomes Gonzáles: “Pela aprovação”. Conselheiro Anderson  
1705 Miranda: “Obrigada pelo entendimento. Pela aprovação”. Conselheira Luziele Maria de Souza:  
1706 “Pela aprovação da alteração regimental, com os cumprimentos dessa Presidência pelo  
1707 entendimento claro dos Conselheiros pela qualificação do CNAS, muito obrigada A Presidenta  
1708 considerou aprovada a alteração do artigo 32 da Resolução número 06, de 09 de fevereiro de 2011,  
1709 com 17 votos. A seguir, a Presidenta passou para o item 3, Arquivamento de denúncias, com base  
1710 no artigo 6º da Resolução do CNAS. Esclareceu ser um rito novo, mas que esses dois  
1711 arquivamentos eram produtos do debate da Presidência Ampliada da gestão anterior, sendo  
1712 aprovada essa questão. Item 4, Informe de publicação no Diário da Câmara dos Deputados a Moção  
1713 enviada pelo CNAS. Item 5. Proposta de pauta para a 204ª Reunião Ordinária do CNAS, a ser  
1714 realizada nos dias 11, 12 e 13 de setembro. Indicou a proposta da Presidência Ampliada de no dia  
1715 10/09, de 14h às 18h, reunir a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de  
1716 Renda do CNAS e que ainda não havia se reunido nessa gestão; dia 11/09, de 9h às 12h, reunião da  
1717 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, Comissão de Financiamento e Orçamento,  
1718 Comissão de Normas e da Comissão de Política, no novo formato aprovado; à tarde, reunião da  
1719 Presidência Ampliada, assim como as oficinas temáticas, de 14h às 18h; dia 12 de setembro, de 9h  
1720 às 9h15 aprovação da Ata da da 203ª Reunião Ordinária, e da pauta da 204ª, de 9h15 às 10h30,  
1721 informes da Presidência, Secretaria-Executiva, MDS, CIT, ASPAR, Conselheiros, FONSEAS e  
1722 CONGEMAS. Colocou, para avaliação dos Conselheiros, o informe da assessoria parlamentar do  
1723 MDS, considerando a necessidade de se conhecer as matérias legislativas que estavam no  
1724 Congresso Nacional sem conhecimento do CNAS; de 10h30 às 12h, apresentação da Secretaria  
1725 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN; à tarde, de 14h às 15h30, apresentação  
1726 do Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas pelos Ministérios da Justiça, Saúde  
1727 e Educação, que se colocaria sobrestado Desenvolvimento Social e coloca sobrestado; de 15h30 às  
1728 17h, apresentação da representação da Sociedade Civil, sendo que a cada sessão se apresentaria uma  
1729 entidade diferente; de 17h às 18h, relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e  
1730 Transferência de renda; dia 13/09, de 9h às 10h30, relato da Presidência Ampliada; 10h30 às 12h,  
1731 relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos; tarde, de 14h às 15h30, relato da Comissão

1732 de Normas; 15h30 às 17h, relato da Comissão de Política; de 17h às 18h, relato da Comissão de  
1733 Financiamento e Orçamento da Assistência Social. O Conselheiro Tiago, José Araújo indagou quem  
1734 compunha a Comissão de Acompanhamento dos Benefícios e Transferência de Renda, com a  
1735 Presidenta esclarecendo que já estava composta. Prosseguindo, o Conselheiro Tiago, não sabendo  
1736 se deveria constar em pauta, indagou à Presidência como estava o processo eleitoral da vaga da  
1737 Sociedade Civil, questionando se estavam paritários. A Presidenta esclareceu que estavam  
1738 paritários, solicitando que isso fosse registrado nos anais do Conselho, mas colocando que tinham  
1739 vacância na suplência, com o Conselheiro José Araujo colocando que se o Titular faltasse, ficariam  
1740 sem paridade. Indicando questão de ordem, a Conselheira Solange informou ter primeira, segunda e  
1741 terceira suplência. O Conselheiro José Araujo propôs que no dia 10 de setembro, das 14h às 18h se  
1742 reunisse também a Comissão de Ética, para se conhecer esse código e eleger seu Coordenador. A  
1743 Conselheira Márcia informou que estava tomando conhecimento sobre as discussões do marco  
1744 regulatório, antes que se encerrasse esse procedimento. A Conselheira Maria Aparecida relatou a  
1745 representação pelo CNAS na reunião com o Ministro Padilha, tendo se reunido esse grupo para  
1746 discutir a organização e participação no Fórum Mundial de Saúde e Seguridade Social no próximo  
1747 ano, a II Conferência Mundial sobre Sistemas de Seguridade Social, a Conferência Nacional de  
1748 Seguridade Social e a própria discussão da reinstalação do Conselho Nacional de Seguridade Social.  
1749 Que juntamente com a Conselheira Jane, teve a iniciativa de falar com o Dr. Armando Dinigre,  
1750 altamente preparado nesse debate sobre a questão da proteção social, sendo interessante sua vinda  
1751 ao CNAS para falar sobre esse debate, para conhecimento de todos os Conselheiros sobre essa  
1752 questão. Que deixava como item de pauta para o mês outubro para se fazer esse convite. O  
1753 Conselheiro Wagner informou que com relação ao item de pauta sobre a apresentação do Plano  
1754 Nacional de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas seria muito importante saber como seria  
1755 apresentado. Que no dia anterior havia saído as caravanas para os 12 estados para monitoramento,  
1756 sendo importante ter uma devolutiva dessa ação, não sendo preciso constar na pauta, sugerindo a  
1757 reiteração do ofício, com a Presidenta indicando que seria providenciado. O Conselheiro Anderson  
1758 ratificou que os três Ministérios que compunham o Programa Brasil do Crack era a Justiça, Saúde e  
1759 o MDS, com os Direitos Humanos e Educação, compunham mais para acompanhar caravanas, estar  
1760 junto e fazer proposições. A Presidenta indagou se não seria interessante convidar a SDH e  
1761 Educação, com o Conselheiro Anderson observando não ser necessário. O Conselheiro Volmir  
1762 retornou à questão da paridade, conforme colocada pelo Conselheiro José Araujo, observando que  
1763 teriam que rever essa situação imediatamente, pois poderiam ter problemas de quorum. A  
1764 Presidenta não descartou que pudessem ter problemas, mas que refutava a condição de precariedade  
1765 dessa situação. O Conselheiro Wagner solicitou o registro sobre essa questão, indicando uma  
1766 situação ocorrida na Descentralizada em Manaus e informando que o Regimento Interno, no o  
1767 artigo 4º, § 2º dizia: *“O primeiro suplente da representação da Sociedade Civil exercerá a*  
1768 *suplência do primeiro titular, o segundo suplente do segundo titular e assim em diante.”* Que isso  
1769 havia causado uma discussão, podendo se resgatar a questão e tratar novamente do assunto. A  
1770 Presidenta indicou que estavam sem a representação governamental do Conselheiro Tomaz, estando  
1771 em processo de legalização do Conselheiro Marcilio, da SAGI, havendo duas vacâncias no  
1772 Conselho Nacional, da Sociedade Civil e governamental, trabalhando-se para que essa situação  
1773 fosse sanada, com a legislação tendo que ser cumprida, não havendo motivos para dissensos,  
1774 indicando, também, que faria o Informe sobre o Acórdão. Informou ter sido enviado para o *e-mail*  
1775 de todos os Conselheiros a formação das Comissões, com a Comissão de Acompanhamento de  
1776 Benefícios e Transferência de Renda, tendo os representantes do governo, Conselheira Marisa  
1777 Rodrigues da Silva, Solange Teixeira, Léa Lúcia Cecílio Braga e da Sociedade Civil, Conselheira  
1778 Dóris Margareth de Jesus; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; e a Conselheira Márcia de

1779 Carvalho Rocha. Indicou a existência de agenda com a CONJUR, com um dos temas a serem  
1780 tratados, sendo a vacância, ainda não tendo retorno dessa consulta. Informou ter agenda com a  
1781 CONJUR do MDS na próxima semana, tratando de diversos assuntos, o Acórdão e Termo de  
1782 Referência e contratos que estavam na Consultoria. Comprometeu-se a repassar providências que  
1783 estavam sendo tomadas e os prazos definidos, através da Secretaria-Executiva. Indicou que a  
1784 Portaria do Conselheiro Marcilio era simples, mas estava na CONJUR sem retorno. O Conselheiro  
1785 Tiago ressaltou a importância dos prazos, ponderando que em setembro haveria outra Plenária e  
1786 possivelmente seriam trazidas novas soluções a respeito do processo eleitoral, observando que  
1787 possivelmente até o final do ano não teriam esse processo concluído. Colocou que o processo da  
1788 Sociedade Civil era completamente diferente do processo governamental, que era uma Portaria,  
1789 com uma assinatura, sendo mais simples. A Presidenta concordou com essa fala, tendo sustado a  
1790 reunião da CONJUR no aguardo do plano de ação, podendo tratar de outros temas nessa  
1791 oportunidade, podendo solicitar outro tipo de acompanhamento pelas consultorias e assessorias do  
1792 MDS. Concordou com o Conselheiro José Araujo que seria importante reunir a Comissão de Ética  
1793 para a sua montagem, esclarecendo que as Comissões faziam a indicação do seu coordenador que  
1794 era aprovada pelo Pleno. Considerou acatada a sugestão da Conselheira Márcia com relação ao  
1795 marco regulatório do terceiro setor, verificando-se a situação do documento para socializar com o  
1796 Pleno, verificando quando o tema colocado pela Conselheira Maria Aparecida poderia ser pautado.  
1797 A Conselheira Dóris indicou as oficinas, com os temas tratados podendo fazer parte das mesmas. O  
1798 Conselheiro Anderson solicitou fosse colocado em pauta para se discutir até juridicamente que o dia  
1799 19 de agosto fosse apontado como Dia Nacional de Luta da População de Rua. A Conselheira  
1800 Simone sugeriu que fosse feito um “CNAS Informa” no boletim sobre o Dia Nacional de Luta da  
1801 População em Situação de Rua, colocando à disposição do Conselho o Boletim Eletrônico, “SUAS  
1802 Informa”, com a Presidenta agradecendo e aceitando essa sugestão. A Presidenta lembrou que  
1803 enviaria aos Conselheiros um informe da Secretaria-Executiva sobre o andamento das providências  
1804 para a eleição da Sociedade Civil e também da Portaria do Conselheiro representante da SAGI. Que  
1805 no próximo Pleno poderia trazer informes sobre o Acórdão e outros informes relacionados à  
1806 CONJUR, ASCON e ASPAR, com a conversa com o MDS sendo para cobrar celeridade nas  
1807 providências relacionadas ao CNAS. A seguir, a Presidenta indagou se poderia considerar aprovada  
1808 a memória da Presidência Ampliada, o que foi acordado pelos Conselheiros. A Conselheira Simone  
1809 informou ter sido sancionado pela Presidenta Dilma o Decreto nº 7788, de 15 de agosto de 2012,  
1810 que regulamentava o Fundo Nacional de Assistência Social. Que poderiam passar todos os recursos  
1811 da Política Nacional no modelo automático e regular, inclusive para a construção nos CRAS e  
1812 CREAS. Que também instituía o repasse para o Box de financiamento, o que era muito importante e  
1813 dava bastante liberdade para o planejamento, com a Presidenta agradecendo e informando que  
1814 enviariam essa norma para todos os Conselheiros. O Conselheiro Fábio observou que na minuta da  
1815 Comissão de Financiamento aprovada no dia anterior e que encaminharia as moções, citava o  
1816 Decreto do Fundo de 95, tendo de ser atualizado. A Conselheira Leila, como Vice-Presidenta,  
1817 agradeceu a participação de todos, destacando o empenho da Presidenta para a qualificação desse  
1818 Conselho, não apenas no espaço físico mas também de valorização dos trabalhadores presentes e  
1819 que estavam nas diferentes competências que lhes cabiam. A Presidenta colocou sua posição e da  
1820 Conselheira Leila como Vice-Presidenta, em defesa do CNAS e de seus interesses, conduzindo esse  
1821 colegiado da melhor maneira possível. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a  
1822 Presidenta agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os  
1823 debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a  
1824 fazer parte integrante desta Ata, aprovada em reunião de de de dois mil e doze.  
1825